

As mutações do mundo do trabalho. Desafios e perspectivas



Márcio Pochmann

“Os sindicatos terminam defendendo mais o passado do que sendo protagonistas do futuro”

José Dari Krein

Sindicatos: “um movimento com sinais trocados”.

Miguel Pereira

Terceirização: intermediação ilegal de mão de obra

EMAIS

Castor Bartolomé Ruiz:

A economia e suas técnicas de governo biopolítico

Bernard Miège:

O erro de ver novas mídias em todas as Tecnologias da Informação e Comunicação

Sérgio Mattos:

Mídia revista e a segmentação de mercado

As mutações do mundo do trabalho.

Desafios e perspectivas

As mutações do mundo do trabalho no mundo contemporâneo são um tema que perpassa a trajetória da revista **IHU On-Line**. O material publicado constitui uma instigante fonte de pesquisa e contribui para todos/as aqueles/as que lutam pela emancipação dos/as trabalhadores/as.

Por ocasião do 1º de maio deste ano, oferecemos a nossos/as leitores/as mais uma edição que descreve e debate as grandes e importantes características das mutações do mundo do trabalho, hoje.

Contribuem no debate José Dari Krein, professor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, da Unicamp, o diretor-técnico do Dieese e professor na PUC-SP, Clemente Ganz Lucio, o professor na Universidade Federal

Fluminense – UFF, Fernando Augusto Mansor de Mattos, a professora e pesquisadora da Unicamp, Márcia de Paula Leite; o economista, professor da Unicamp e presidente do IPEA, Márcio Pochmann, o advogado, bancário e secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Miguel Pereira; e a diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ana Tércia Sanches. Também publicamos um artigo de Cesar Sanson, professor da UFRN, e depoimento de José Alencar Ponciano Pereira, mais conhecido como Dico, que é presidente de Associação de Trabalhadores Urbanos de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos – Aturoi, de São Leopoldo, RS.

A edição desta semana conta igualmente com uma entrevista ao professor da Universidade de

Grenoble, Bernard Miège, sobre as tecnologias da informação e da comunicação.

Castor Bartolomé Ruiz, professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos, reflete, em artigo inédito, sobre a subversão provocada pela política moderna entre poder e vida humana.

“Mídia revista investe na segmentação de mercado para sobreviver” é o título do artigo de Sérgio Mattos, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

A todas e a todos uma boa leitura, uma ótima semana e Viva o Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras!



Instituto Humanitas Unisinos

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP.: 93022-000
Telefone: 51 3591

1122 - ramal 4128. E-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU
ON-LINE

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU ISSN 1981-8769. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br).
Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (graelaw@unisinos.br).
Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamiris Magalhães MTB 0669451 (thamirism@unisinos.br).
Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos - Agexcom.

Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Patrícia Fachin, Luana Nyland, Natália Scholz e Marília de Oliveira

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **José Dari Krein:** Sindicatos: “um movimento com sinais trocados”
- 12 **Márcio Pochmann:** “Os sindicatos terminam defendendo mais o passado do que sendo protagonistas do futuro”
- 15 **Ana Tércia Sanches:** Afirmar que a terceirização gera emprego é um mito
- 19 **Clemente Ganz Lucio:** Aumento da produtividade e a manutenção de postos de trabalho
- 22 **Fernando Augusto Mansor de Mattos:** As ocupações precárias e o desemprego disfarçado
- 25 **Márcia de Paula Leite:** A permanência de um passivo social e trabalhista no Brasil
- 28 **Miguel Pereira:** Terceirização: intermediação ilegal de mão de obra
- 31 **Cesar Sanson:** Trabalho imaterial. Exigência do novo capitalismo produtivo
- 33 **José Alencar Ponciano Pereira:** Trabalho coletivo e opção de futuro. O depoimento de um catador

DESTAQUES DA SEMANA

- 35 **ENTREVISTA DA SEMANA: Bernard Miège:** O erro de ver novas mídias em todas as Tecnologias da Informação e Comunicação
- 37 **COLONA DO CEPOS: Sérgio Mattos:** Mídia revista investe na segmentação de mercado para sobreviver
- 39 **DESTAQUES ON-LINE**

IHU EM REVISTA

- 41 **Castor Bartolomé Ruiz:** A economia e suas técnicas de governo biopolítico
- 50 **IHU REPÓRTER:** Adriane Brill Thum



twitter.com/ihu



bit.ly/ihufacebook



www.ihu.unisinos.br

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Sindicatos: “um movimento com sinais trocados”

“O sindicalismo não recuperou o seu protagonismo na sociedade brasileira, no sentido de influir de forma mais decisiva em colocar na agenda nacional as reivindicações de interesse dos trabalhadores”, assegura o economista José Dari Krein

POR PATRICIA FACHIN, LUANA NYLAND E NATÁLIA SCHOLZ

A pesar dos avanços visíveis em torno do aumento salarial, os sindicatos “não conseguiram mobilizar a sociedade em torno da bandeira da redução da jornada de trabalho”, e as “principais conquistas ocorreram não pela capacidade de mobilização, mas pela relação mais próxima com o governo”, avalia José Dari Krein.

Ao analisar a campanha da CUT pelo fim do imposto sindical, retomada em 2011, o economista enfatiza que ela diz respeito às bandeiras históricas e ressurgem na conjuntura atual para diferenciar a Central Única dos Trabalhadores das demais centrais sindicais, agregar novas filiações e para reconquistar o espaço perdido no meio sindical. “A CUT foi a Central que mais perdeu espaço na sociedade brasileira. Na pesquisa sindical, o número de sindicatos filiados chega a 40%. Destes, 2/3 eram filiados à CUT. Atualmente, pelo cadastro do Ministério do Trabalho, as entidades filiadas a uma central chega a 73% e a participação da CUT caiu para menos de 40%”, informa José Dari Krein à **IHU On-Line**.

Na sua avaliação, “o tema da Reforma Sindical está fora da agenda política do país, porque não há uma conjunção de forças políticas capazes de impulsionar a sua retomada. Em última instância a reforma implica em alterar a Constituição, o que exige quórum qualificado. Apesar do meu ceticismo, o único caminho com alguma possibilidade de prosperar é a proposição de reformas pontuais”.

Em um país onde a taxa de sindicalizados é de 17%, contabilizando 11,1 milhões de traba-

lhadores, Krein ressalta que a “tendência é que as alianças entre as centrais sejam pontuais de acordo com a questão em discussão ou disputa. Em outras, a tendência será de apresentar as diferenças. Por exemplo, no tema sobre a regulamentação da terceirização, há uma aliança entre a CUT, as Intersindicais e a CTB, de contrapor-se ao substitutivo do Deputado Roberto Santiago, que teve apoio de algumas lideranças sindicais”.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone, o economista faz um balanço da atuação das centrais sindicais no Brasil nos últimos anos e esclarece quais são as principais aproximações e divergências entre elas. Apesar das críticas, Krein avalia como positiva a atuação dos sindicatos na sociedade, pois na última década eles conseguiram reajustar os salários acima da inflação. “Nos anos 2000, mais de 90% dos sindicatos estão conseguindo não apenas recompor a inflação, mas também algum aumento real nos salários. É verdade que o aumento real concentra-se entre 1 e 2%. Essa mudança significou uma elevação dos salários, o que ajuda a explicar o melhora dos rendimentos dos que ganham menos.”, pontua.

Graduado em Filosofia pela PUC-PR, José Dari Krein tem mestrado e doutorado em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas, onde atualmente é professor no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que a CUT está lançando a campanha pelo fim do imposto sindical?

José Dari Krein – A CUT está retomando uma de suas bandeiras históricas e respondendo a um novo cenário sindical brasileiro, com a consolidação de 5 centrais sindicais, que disputam com ela a hegemonia do movimento dos trabalhadores.

Para compreender essa questão, é preciso retroceder um pouco. A Central Única dos Trabalhadores – CUT apostou suas fichas no Fórum Nacional do Trabalho, que ocorreu em 2003, o qual tinha como objetivo promover uma Reforma Sindical e trabalhista no país. Esse foi um Fórum composto de forma tripartite pelo governo, trabalhadores e empregadores. O Fórum fazia parte das três propostas que o ex-presidente Lula havia feito em sua campanha presidencial em 2002 em relação ao trabalho, que consistia na organização do Fórum Nacional do Trabalho, na formulação de uma política de elevação do salário mínimo e na redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas.

Nesse Fórum decidiu-se que primeiro seria discutida a Reforma Sindical para depois discutir a Reforma Trabalhista. O Fórum foi construído com a ideia de que os atores deveriam buscar um consenso para estabelecer um novo sistema de organização sindical, de negociação coletiva e de solução de conflitos no país. Neste espaço tripartite concretizou-se a proposta de substituir o imposto sindical e as outras taxas compulsórias (taxa assistencial, que é a principal fonte de financiamento dos sindicatos e a contribuição confederativa). Ou seja, ficariam apenas duas fontes: a contribuição negocial e a mensalidade, que é voluntária.

O Fórum aproximou as centrais sindicais no sentido de negociar uma proposta de reforma e de estabelecer uma estratégia comum para se contrapor às entidades empresariais. O resultado da negociação não foi o esperado, crescendo com o tempo o dissenso. Mas assim, as duas principais centrais sindicais acordaram uma proposta que foi enviada ao Congresso Nacional. Uma proposta que teve muita divergência na própria base dessas centrais. O que é importante destacar

é que a partir do Fórum houve três desdobramentos.

1) a perspectiva de reforma implodiu, retirando o tema da agenda política nacional;

2) a aproximação entre as centrais viabilizou uma lei de reconhecimento das centrais sindicais e a formalização de um quadro sindical realmente existente no país, com pluralismo nas instâncias superiores e unicidade na base, mas com uma intensificação da pulverização de entidades sindicais;

3) o estabelecimento de uma agenda comum entre as centrais no seu posicionamento perante o governo e no desenvolvimento de campanhas na sociedade.

Reforma sindical

Retomando o debate sobre a Reforma Sindical, a partir da apresentação da proposta do Fórum e seus desdobramentos em uma PEC (Projeto de Emenda Constitucional) e um PL (Projeto de Lei) enviados para o Congresso Nacional ficou ainda mais evidente as profundas resistências existentes para alteração do atual arcabouço jurídico institucional de regulação da representação coletiva. A proposta foi bombardeada por uma parte expressiva do sindicalismo oficial, que chegou a constituir um Fórum Sindical dos Trabalhadores com a assinatura de 7 mil entidades, das correntes que saíram da CUT, das entidades de representação dos operadores do direito e das entidades patronais. Portanto, o dissenso em torno daquela proposta inicial apresentada foi muito grande. Por isso, a Reforma continua parada no Congresso Nacional e a partir de então, o tema da reforma sindical está fora da agenda política nacional.

Apesar da reforma não ter se viabilizado, importantes mudanças ocorreram no governo Lula, especialmente com a lei de reconhecimento das centrais sindicais e o acesso ao imposto sindical não somente para as centrais, mas também para as confederações e federações, entidades criadas fora (em paralelo) da estrutura oficial. A primeira consequência foi legalizar o que existe na prática do mundo sindical e sepultar os ímpetos para a defesa de alteração do modelo sindical brasileiro. A segunda consequência

foi de estabelecer um ornitorrinco na estrutura sindical em que prevalece a pluralidade na cúpula e a unicidade sindical na base. Em terceiro lugar, intensificou brutalmente a disputa entre as centrais para conseguir sindicatos filiados, pois, além de ser um critério para o seu reconhecimento, o volume de recursos a ser arrecado por ela está vinculado ao número de trabalhadores representados por suas entidades filiadas. Ou seja, as disputas de base de representação, a criação de novos sindicatos e até o incentivo de oposições sindicais cresceu imensamente para ver que conseguiria ampliar a sua fatia no “mercado sindical”, dentro das antigas e novas regras. Isso ajuda a explicar o atual quadro de avanço da pulverização sindical, com a existência de mais de 20 mil sindicatos no país (estimativa e não oficiais, pois a última pesquisa foi realizada em 2001, que identificou a existência de quase 16 mil sindicatos). Algumas centrais adotaram estratégias extremamente agressivas para agregar novas filiações, inclusive “criando” um mercado sindical.

Agenda Comum entre as centrais

O outro desdobramento, não somente do Fórum, foi das centrais estabelecerem uma agenda e jornadas comuns de lutas, tais como as jornadas nacionais por uma política de valorização do salário mínimo (puxada inicialmente pela CUT), a correção da tabela do imposto de renda, a introdução de mecanismo contra a dispensa imotivada, a crítica à política e econômica e a construção de uma plataforma comum pelo desenvolvimento do país, com distribuição de renda com a valorização do trabalho e as mobilizações para a defesa de políticas de combate à econômico de 2008. Ou seja, no âmbito político, apesar da intensificação da disputa por base sindical, houve, facilitado pela forma como o governo Lula relacionou-se com as centrais, houve uma convergência da agenda e da realização de muitas iniciativas conjuntas entre as diversas sindicais reconhecidas formalmente. A convergência de um posicionamento comum tem relação também com o fato dessas centrais estarem na base de apoio

do governo Lula. A exceção foram o CONLUTAS¹ e a Intersindical, que não são centrais sindicais reconhecidas. Também é preciso reconhecer que algumas questões, ainda que pontuais, foram introduzidas na agenda política, tais como: a política de valorização do salário mínimo, a retirada de parte da agenda flexibilizadora de direitos existente no Congresso, políticas anticíclicas para enfrentar a crise de 2008, tais como a ampliação do seguro desemprego.

Nesse cenário, a CUT foi a Central que mais perdeu espaço na sociedade brasileira. Na pesquisa sindical, o número de sindicatos filiados chega a 40%. Destes, 2/3 eram filiados à CUT. Atualmente, pelo cadastro do Ministério do Trabalho, as entidades filiadas a uma central chega a 73% e a participação da CUT caiu para menos de 40%. Na nova realidade com a lei de reconhecimento das centrais e inúmeros outros fatores, aqui não analisados, as outras centrais cresceram e a CUT teve dissidências, que originaram na formação de uma nova central (CTB – Central dos Trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil) e em outros três agrupamentos que são o CONLUTAS (hoje CSP/CONLUTAS – Central Sindical e Popular), duas Intersindicais, que serão discutidas abaixo.

Portanto, na nossa avaliação, a CUT, desde 2011, está buscando construir uma estratégia de diferenciar-se das outras centrais, a partir de um campo próprio de intervenção na sociedade. Nesse sentido, ela retoma a sua bandeira história de reforma sindical, baseada na liberdade e autonomia sindical, no fim das contribuições compulsórias e nos principais preceitos existentes nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Na agenda política, também está com uma posição diferenciada, como por exemplo, no embate contra um acordo que foi costurado no Congresso Nacional entre duas centrais e entidades empresariais de regulamentar a

terceirização, que absolutamente um retrocesso na legislação de proteção dos trabalhadores. Essa iniciativa da CUT tem apoio de outras centrais, especialmente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB e das Intersindicais.

IHU On-Line – Essa proposta não vem tarde demais?

José Dari Krein – Na minha avaliação, o tema da Reforma Sindical está fora da agenda política do país, porque não há uma conjunção de forças políticas capazes de impulsionar a sua retomada. Em última instância a reforma implica em alterar a Constituição, o que exige quórum qualificado. Apesar do meu ceticismo, o único caminho com alguma possibilidade de prosperar é a proposição de reformas pontuais. Em relação às formas de financiamento parece que havia um acordo entre as principais sindicais de introduzir a taxa negocial. Mas, é uma proposta que não tem apoio da maioria das entidades sindicais, inclusive de parte da base da CUT.

A bandeira tem a simpatia de uma parte importante da sociedade e da mídia, mas não enxergo nela uma bandeira capaz de gerar grandes paixões e mobilizações na sociedade. Além disso, acho que não interessa ao governo Dilma comprar uma bandeira que tende a dividir a sua base de sustentação. As melhores oportunidades de realização da reforma foram perdidas ainda nos anos 80. O grande problema é que o atual sistema de sindical apresenta uma grande ambiguidade. Ao mesmo tempo garante uma série de salvaguardas para ação sindical e a negociação coletiva introduz mecanismos que facilitam a proliferação de sindicatos “cartoriais” (existem somente no papel e não tem representatividade) e fracos (sem capacidade de unir um contingente de trabalhadores/as para poder exercer as suas prerrogativas).

IHU On-Line – Então o senhor concorda com aqueles que afirmam que a CUT lançou essa campanha para se diferenciar das outras sindicais, uma vez que todas estão cada vez mais iguais?

José Dari Krein – Sim. É uma estratégia. Se olharmos os anos 2000

em relação aos anos 1990, veremos que as outras centrais sindicais ganharam maior espaço na sociedade e ampliaram mais o número de entidades filiadas. Assim, a mudança de estratégia objetiva recuperar suas bandeiras históricas, que a diferencia das outras centrais. Com isso, procura também ser protagonistas na agenda em discussão na sociedade. Por um lado, é fundamental que o movimento tenha unidade para ampliar sua força na defesa dos interesses dos trabalhadores/as, que estão muito fortemente presentes nas políticas adotadas e nos projetos votados no Congresso. Essa questão é importante, pois está colocada no Brasil uma disputa sobre os rumos do desenvolvimento do país. Por outro lado, também se percebe um movimento em que muitas entidades sindicais perderam dinamismo e caminham para um processo de burocratização e acomodação. Portanto, ter atores que sejam capazes de sacudir o movimento e levantar novos questionamentos e bandeiras é positivo. Um dos aspectos importantes a ser destacado é que a estratégia deixa mais clara a sua autonomia na relação com governo. A sociedade ganha com isso, pois o governo tende a expressar o embate das lutas sociais.

A imagem pública que a CUT passou para boa parte da sociedade nos anos 2000 foi de uma central sindical muito próxima do governo e perde ímpeto a sua combatividade. As ações recentes deixam mais claras suas posições, que é feito a partir do resgate histórico de suas bandeiras.

IHU On-Line – Quais as implicações dessa proposta para as centrais?

José Dari Krein – A tendência é que as alianças entre as centrais sejam pontuais de acordo com a questão em discussão ou disputa. Em outras, a tendência será de apresentar as diferenças. Por exemplo, no tema sobre a regulamentação da terceirização, há uma aliança entre a CUT, as Intersindicais e a CTB, de contrapor-se ao substitutivo do Deputado Roberto Santiago, que teve apoio de algumas lideranças sindicais. É uma proposta que legaliza a terceirização de forma muito desfavorável aos trabalhadores/as. Outro exemplo, os metalúrgicos das duas principais centrais estão desenvol-

1 A Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas (CSP-Conlutas) é uma organização sindical e popular brasileira que se propõe a construir uma alternativa de luta à Central Única dos Trabalhadores, à União Nacional dos Estudantes e ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. (Nota da IHU On-Line)

vendo mobilizações conjuntas na luta contra o atual processo de desindustrialização do país. No tema da representação sindical não deve ter acordo, pois tende a prevalecer uma guerra em quem é mais capaz de aglutinar entidades. Particularmente no tema do imposto sindical, um acordo é bem complicado.

IHU On-Line – O mecanismo proposto pela CUT para substituir o lugar do imposto sindical não é um “novo tipo de imposto sindical”? Como ele funcionaria?

José Dari Krein – Sou favorável à proposta de substituir as contribuições compulsórias pela negocial. Se analisarmos os países desenvolvidos, em boa parte deles o sindicato é reconhecido como uma instituição pública importantíssima na sociedade no sentido de que os frutos do progresso técnico e da geração da riqueza sejam redistribuídos e que as condições de trabalho sejam asseguradas. Portanto, o sindicato é uma instituição que cumpre uma função social extremamente importante. Nesse sentido, é legítimo que sejam assegurados ao sindicato mecanismos de financiamento da sua ação. É uma ilusão pensar que ela virá somente das contribuições individuais, especialmente em um mercado de trabalho bastante heterogêneo e de baixos salários. A principal mudança é que a decisão do valor, sua distribuição e forma de desconto são decididas pelos trabalhadores/as de base, em assembleia da categoria. Mesmo reconhecendo a existência de muitas assembleias fantasmas, sempre há a possibilidade de mobilização de setores que não concordam com determinadas atitudes dos sindicatos, o que tende a gerar debate e politização. Outra consequência é que o sindicato precisará ter maior transparência, colocando as suas contas à disposição da sociedade.

IHU On-Line – Quanto o imposto sindical arrecada anualmente e quanto retorna para as centrais?

José Dari Krein – O imposto não é a principal fonte de financiamento das entidades sindicais. A principal é a taxa assistencial, vinculada com a negociação coletiva. O imposto sindical tem peso maior para os sindicatos

menores. Mas, o seu valor apresenta uma trajetória de crescimento, pois ele é arrecadado de todos os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, que está em franca expansão. No ano passado, o total arrecadado foi 1,6 bilhões de reais, sendo repassado 116 milhões de reais às centrais. As centrais recebem 10% da contribuição de um dia de serviço de cada trabalhador representado pelo sindicato filiado a um delas. O valor recebido por cada central não corresponde ao número de sindicatos, mas a quantidade de trabalhadores representados e valor dos salários destes trabalhadores. Portanto, é um cálculo um pouco mais complicado, em que os dados não estão disponibilizados. Ou seja, a CUT representa 38% dos sindicatos filiados e não significa que necessariamente ela tenha recebido 38% do bolo repassado às centrais. Ela, por exemplo, tem muitos sindicatos de servidores que ainda não recolhem o imposto.

Também é necessário destacar três fenômenos novos:

- 1) o imposto sindical começou a ser arrecadado por sindicatos de servidores públicos, especialmente os municipais;
- 2) o número de entidades que devolvem o imposto sindical decresceu nos últimos anos;
- 3) as entidades sindicais estão com muito mais dinheiro em caixa, dado o desempenho positivo do mercado de trabalho.

IHU On-Line – Como está o nível de sindicalização no país?

José Dari Krein – De acordo com a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* – PNAD, a taxa de sindicalização é de 17% do total dos ocupados e de 26,4% dos assalariados com carteira.

Se compararmos esse número internacionalmente, o valor de trabalhadores sindicalizados não é baixo. Existem hoje 11,1 milhões de trabalhadores brasileiros sindicalizados. A taxa de sindicalização cresceu entre 2003 e 2006. Em 2006, ela era de 28,8%, mas caiu depois de 2007 porque cresceu muito mais intensamente o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e o número de sindicalizados ficou estável. Entre

2006 e 2009, houve um acréscimo de 500 mil sindicalizados no emprego formal. Ou seja, a sindicalização cresceu mais intensamente nos primeiros anos do governo Lula e se estabilizou depois de 2006. É um dado estranho, pois no melhor momento do mercado de trabalho brasileiro, com queda do desemprego, melhora nas negociações salariais (sindicatos conquistando coisas) e com um presidente sindicalista, a sindicalização em termos proporcionais cai. Uma hipótese que necessita ser confirmada é que houve uma reconfiguração das classes trabalhadoras, com a geração do emprego em setores com menor tradição sindical. O comportamento apresenta algumas diferenciações importantes, por exemplo, a taxa cresce entre as mulheres, trabalhadores rurais e na região nordeste.

Comparando internacionalmente, a taxa de sindicalização não é baixa porque há, nos países mais desenvolvidos, uma queda acentuada na taxa de sindicalização nos últimos 20 ou 30 anos. Na França, a taxa de sindicalização é de 8%. Na Espanha e na Alemanha, as taxas são compatíveis com a brasileira. Claro que não é possível comparar com a Suécia, onde a taxa de sindicalização é de 90%, ou com a Noruega, onde é de 80%. Nesses países, além de haver uma tradição social democrata muito importante, o acesso ao seguro desemprego está associado à sindicalização. No caso do Brasil, se tem um desestímulo à sindicalização, porque o resultado das negociações é estendido a toda a categoria, e não somente aos trabalhadores associados.

IHU On-Line – Como o senhor vê a atuação do sindicato no sentido de representar os interesses das categorias, especialmente em relação aos reajustes anuais? Os reajustes não são elevados e, de certo modo, são sempre em torno de 5 a 7%.

José Dari Krein – Os reajustes não são tão elevados, mas são acima da inflação. Então, nesse sentido, há uma inflexão muito importante em relação aos anos 1990.

IHU On-Line – Comparativamente há um avanço, então?

José Dari Krein – Sim. Porque nos anos 1990 grande parte dos sindicatos não conseguia reajustar os salários acima da inflação. Então, muitos sindicatos não conseguiam recompor nem a inflação passada. Nos anos 2000, mais de 90% dos sindicatos estão conseguindo não apenas recompor a inflação, mas também algum aumento real nos salários. É verdade que o aumento real concentra-se entre 1 e 2%. Essa mudança significou uma elevação dos salários, o que ajuda a explicar o melhora dos rendimentos dos que ganham menos. Tem relação mais direta com a elevação do salário mínimo e com o resultado das negociações coletivas.

Então, se analisarmos essa questão do ponto de vista internacional, em nenhum lugar do mundo os sindicatos estão conseguindo, nos anos recentes, de forma sistemática, durante seis ou sete anos, conseguir um aumento real do salário. Se o salário não aumentasse em torno de 5% ou 6%, o salário teria caído 30% ou 40%. O aumento real é pequeno, mas ele está ocorrendo. Isso é fato.

IHU On-Line – Compreendo o avanço, mas para os trabalhadores, esse aumento de 5 ou 6% ainda é baixo.

José Dari Krein – É verdade. Apesar de elevação recente, os salários continuam muito baixos e a renda é muito desigual no Brasil.

IHU On-Line – Além dessa questão do aumento do salário real, quais são as conquistas mais significativas dos sindicatos?

José Dari Krein – Na nossa hipótese um movimento com sinais trocados. Por um lado, os sindicatos obtiveram algumas conquistas, especialmente nas negociações salariais, o que deve aumentar a sua representatividade junto aos trabalhadores de base de representação em relação às questões mais corporativas. Ou seja, os sindicatos estão conseguindo colocar mais dinheiro no bolso de seus representados. Mas, fortalece-se nas ações corporativas, levando a defender bandeiras que são bastante problemáticas para pensar uma sociedade mais justa e equitativa e um Estado com capacidade de desenvolver políticas universais, tais como a luta recen-

te pela isenção do imposto de renda para o bônus recebido em forma de PLR (Participação nos Lucros e Resultados). É uma bandeira que pode levar os trabalhadores nos setores mais organizados a ter mais dinheiro no bolso, mas prejudica a sociedade na perspectiva de construir políticas universais e gerais para toda a população.

Por outro lado, o sindicalismo não recuperou o seu protagonismo na sociedade brasileira, no sentido de influir de forma mais decisiva em colocar na agenda nacional as reivindicações de interesse dos trabalhadores. Por exemplo, os sindicatos não conseguiram mobilizar a sociedade em torno da bandeira da redução da jornada de trabalho. Algumas categorias conseguiram reduzir a jornada de trabalho, mas a campanha pública pelas 40 horas semanais, que era a grande bandeira dos centrais sindicais há dois anos, não está na agenda política.

Se olharmos do ponto de vista das centrais sindicais, as principais conquistas ocorreram não pela capacidade de mobilização, mas pela relação mais próxima com o governo. Entre as conquistas, destaca-se a política de valorização do salário mínimo. Sem dúvida nenhuma, do ponto de vista social, da distribuição de renda, do combate à pobreza, essa foi a principal política pública brasileira no período recente. Até, porque, boa parte das políticas de transferência de renda e de seguridade social está vinculada ao salário mínimo.

IHU On-Line – Então, a aproximação das centrais com o governo foi positiva? Algumas análises dão conta de que as centrais foram cooptadas pelo governo? Tem sentido essa análise?

José Dari Krein – A aproximação trouxe vantagens e desvantagens. Algumas questões foram encaminhadas pela relação com o governo e não pela capacidade de mobilização. Talvez a exceção foi na crise de 2009, em que as centrais pressionaram o governo para a adoção de políticas anticíclicas, as quais foram importantes para os efeitos da crise terem menor impacto no país. Foi um momento de muitas mobilizações e greves setoriais.

A grande questão é deixar claro para o conjunto da sociedade que o movimento sindical precisa afirmar a

sua autonomia em relação ao governo para o bem da democracia e da própria manutenção da credibilidade do movimento sindical. A autonomia não significa amarrar o movimento sindical, mas dele exercer o seu papel na sociedade no sentido de vocalizar as aspirações dos trabalhadores.

IHU On-Line – Quantas centrais sindicais têm o país e a que forças políticas são ligadas?

José Dari Krein – Atualmente existem, em 2012, cinco centrais sindicais formalmente reconhecidas, que conseguiram atingir os critérios que lhe garante exercer as prerrogativas sindicais e ter acesso ao imposto sindical. Além disso, existem outras, entre as quais podem ser destacadas a CSP/CONLUTAS e as Intersindicais. Vou apresentar essas centrais.

Vamos começar pela Força Sindical que, do ponto de vista político, tem uma aproximação maior com o PDT, mas que possui correntes vinculadas a outros partidos políticos. A caracterização da Força Sindical, em minha avaliação, não se dá pela sua vinculação político-partidária, apesar de o PDT ser um partido mais de esquerda e de ter um certo legado do trabalhismo brasileiro. A Força Sindical é absolutamente pragmática. A característica fundamental da sua origem é ser oriunda do chamado sindicalismo de resultados em que não questiona o sistema capitalista, mas busca, de uma forma muito pragmática, meios para conseguir colocar mais dinheiro no bolso do trabalhador. Com o tempo, a Força Sindical passou a adotar uma postura muito centrada na figura de seu presidente. Então, em alguns momentos ela critica a economia, faz alianças com outros setores empresariais em nome da preservação do emprego, depois defende o governo, e disputa o controle do Ministério do Trabalho.

A Nova Central Sindical dos Trabalhadores não tem uma vinculação política partidária clara. É formada por vários partidos diferentes. O que a caracteriza é o fato de ter sido constituída em 2005 com a finalidade de defender a estrutura sindical existente no país, defender o legado da CLT, tanto do ponto de vista dos direitos existentes como do ponto de vista da

estrutura sindical. Ela está baseada fortemente nas estruturas oficiais federais. Por exemplo, o presidente dela também preside a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. O trabalho fundamental dela é defender a atual Estrutura Oficial.

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) tem tendências internas na sua composição, oriundas dos grupos que a compuseram (PPS, que é a antiga unidade sindical, CGT e dissidência da Força Sindical). A unidade da UGT ocorreu, a meu ver, para viabilizar uma central sindical que pudesse preencher os critérios de representatividade exigidos pela lei que cria as centrais sindicais. A sua concepção é bastante aberta. O seu presidente é filiado ao PSD (partido do Kassab).

Depois, tem-se a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTB. Essa central sindical surgiu de um racha na CUT. Sua principal influência é dada pelo PCdoB. Ela está crescendo no cenário nacional em aliança com setores que não têm uma concepção mais próxima do sindicalismo oficial, como a Federação dos Trabalhadores da Cultura do Rio Grande do Sul. O que a diferencia em relação à CUT é a sua visão sobre a estrutura sindical, pois ela é favorável ao imposto sindical e defende o princípio da unicidade e apresenta a estratégia de construir uma política de maior unidade entre as diferentes centrais sindicais.

A outra é a CUT, que é a principal central sindical brasileira. Apesar de tudo, boa parte das principais greves e lutas ainda é desenvolvida por ela. Como afirmado acima, a partir de 2011 está buscando construir uma estratégia de reafirmar suas bandeiras históricas e se diferenciar das outras centrais. Mantém uma concepção classista, apesar de parte de sua bela estar praticando um velho sindicalismo. Também tendo preso nos principais setores econômicos.

Entre as outras, destaco a CSP/CONLUTAS e a Intersindical (Instrumento de Luta e Organização da Classe, 2006). São dois agrupamentos que saíram da CUT, em função do posicionamento desta em relação ao governo Lula. São organizações mais à esquerda e com um posicionamento de transformação mais radical da sociedade. A

Intersindical rachou em dois agrupamentos. Uma parte (mais próxima de algumas correntes do PSOL) tentou fazer uma negociação para se unificar com o CONLUTAS, mas ele não concretizou, pois houve racha no congresso chamado para esse fim em 2010. A outra continuou com o propósito de ser uma articulação de sindicatos sem a pretensão de ser e constituir uma central sindical. O interessante que as duas Intersindicais estão fortemente presentes em Campinas (químicos e metalúrgicos).

Depois tem o Conlutas, que mudou o nome para Central Sindical Popular – CSP/CONLUTAS, depois da tentativa frustrada de unificação com parte da Intersindical. O CSP/Conlutas é hegemônica pelo PSTU. Mas o CSP/Conlutas não tem o número mínimo de sindicatos para ser reconhecido formalmente como central sindical, de acordo com a lei brasileira. De todo modo, é uma organização que tem sua base principal no setor público federal. Ela tem como estratégia diferente em relação a todas as outras centrais, pois aglutina na mesma organização não somente a sua base sindical, mas também os movimentos sociais e estudantis.

Existem outras centrais sindicais que não são expressivas, tais como CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (1983), que rachou recentemente e não vai perder o acesso aos recursos do imposto sindical, a CSP – Central Sindical de Profissionais e a UST - União Sindical dos Trabalhadores. O importante a destacar é a existência de pluralismo na cúpula sindical, em que as diferenças de concepção sindical são pouco demarcadas e muitas vezes tem relação mais com projetos dos dirigentes que estão a sua frente e estratégia de agrupamentos políticos para buscar ter alguma base entre os trabalhadores.

IHU On-Line – Como avalia os dados divulgados pelo IPEA de que o Brasil está longe de atingir o pleno emprego? Quais as razões de o país não atingir o pleno emprego?

José Dari Krein – Historicamente, o Brasil tem um mercado de trabalho muito segmentado. O peso do trabalhador autônomo é grande e grande parte dele exerce essa condição como

mera estratégia de sobrevivência. Também é preciso considerar que há ainda no Brasil uma alta informalidade. Por exemplo, apesar da redução proporcional, o Brasil ainda tem 7 milhões de domésticas. Caso o país avance, como ocorre em outros campos, esse tipo de trabalho deverá cair mais. Ou seja, o primeiro aspecto a destacar é que há um contingente muito grande de pessoas que estão inseridas de forma bastante precária, sem proteção social e recebendo baixo rendimento. Assim, ainda temos um excedente estrutural de força de trabalho ainda por ser incorporada no mercado de trabalho. Essa é a primeira razão para concordar que não há pleno emprego no Brasil.

Essa realidade não nega que houve no período recente uma melhora expressiva nos indicadores do trabalho, com o crescimento do emprego, especialmente formalizado, com carteira de trabalho assinada. Claro que isso não significa emprego de qualidade e nem boa remuneração, mas isso significa um emprego protegido, do ponto de vista da seguridade social. Mais de 90% das ocupações criadas nos anos 2000 é de até 1,5 salários mínimos. No país se nós olharmos desse ponto de vista, veremos que há um contingente muito grande de pessoas que não estão nem protegidas formalmente. Apesar do avanço recente, mais de um terço dos trabalhadores não tem Previdência Social no país.

Nesse sentido, não dá para dizer que temos um país com pleno emprego. A taxa de desemprego apresentou uma queda muito forte, caindo pela metade. Mas, o desemprego atinge diferentes os trabalhadores e trabalhadores. Ele é bem mais expressivo entre os jovens e muito baixo entre as faixas etárias acima dos 50 anos. Então, concordo com a leitura do IPEA. Como podemos falar de pleno emprego se uma parte importante da juventude está desempregada, e um percentual considerável de pessoas está ocupado em atividades informais, autônomas, como estratégia de sobrevivência, numa condição extremamente precária e sem proteção social?

Também é importante destacar que está em curso uma mudança na estrutura demográfica em que tende a diminuir a pressão pela criação de novos postos de trabalho, já que a po-

pulação está envelhecendo, há uma queda da taxa de natalidade e houve, nos anos recentes, uma forte inserção das mulheres. Haverá menor pressão nos próximos anos para a geração de postos de trabalho. O número de pessoas que está ingressando no mercado de trabalho tende a cair nos próximos 20 anos.

Com isso, hoje está colocada a discussão de termos um mercado de trabalho mais estruturado, com a geração de emprego com proteção social. Portanto, um tema novo precisa começar a ser enfrentado de como gerar emprego de qualidade, de combater a terceirização e de outras formas de flexibilização do trabalho.

IHU On-Line – Quais os temas mais importantes a serem discutidos na agenda do mundo do trabalho?

José Dari Krein – A primeira questão a destacar é que as ocupações a serem geradas têm relação direta com o modelo de desenvolvimento social e econômico que o país for adotar. Um modelo econômico baseado no agronegócio tende a criar postos de trabalho de baixos. Portanto, agenda do trabalho está diretamente vinculada com o debate sobre os projetos de país. Nesse sentido, destacaria quatro aspectos:

1) a capacidade de gerar ocupação em setores com maior grau de complexidade do ponto de vista tecnológico, o que implica investimento em ciência e tecnologia e uma política ativa na forma de inserção do país na globalização, preservando e estimulando certos setores;

2) um grande gargalo é a nossa atual infraestrutura física e social, o que implica a adoção de políticas que de fato desenvolvam, por exemplo, a saúde e educação, saneamento, sistema de transporte coletivo etc;

3) o grande desafio de ter um crescimento sustentável do ponto de vista ambiente, não é possível pensar

o futuro sem considerar a dimensão ecológica;

4) a promoção da inclusão social. Um modelo de desenvolvimento com essas características tende a gerar pontos de trabalho de maior qualidade.

A segunda questão importante é a redução da jornada de trabalho, pois pelo progresso técnico há um aumento progressivo da capacidade de produzir bens e serviços com um número menor de pessoas, o que coloca a necessidade de redistribuir o trabalho útil na sociedade, acompanhada de uma redefinição no padrão de consumo e das formas de sociabilidade. Na mesma linha, é importante discutir formas de retardar a entrada de jovens no mercado de trabalho, proporcionando uma escola de qualidade.

Em terceiro lugar, há uma agenda de resistência às iniciativas de flexibilização, que tende a gerar maior precarização, tais como o projeto em discussão no Congresso de regulamentação da terceirização, que se for aprovada nos termos que se encontra será um grande retrocesso na legislação social e trabalhista no país. Também seria importante, avançar na criminalização dos que praticam a fraude trabalhista. Para além da resistência, há também a possibilidade de uma agenda mais ofensiva de ampliar o nível de direitos e de proteção social no país e de combater todas as formas de discriminação e assegurar nível de igualdade social e de renda.

Por último, não existe sociedade democrática sem a presença sindical. Portanto, é importante ter uma agenda que contribua para o fortalecimento dos/as trabalhadores/as no Brasil, especialmente introduzindo mecanismos contra a dispensa imotivada, o direito de organização sindical no local de trabalho e estimule a existência de sindicatos representativos e fortes.

Leia mais...

>> José Dari Krein já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

- “Classe média, renda e crédito são sinônimos do capitalismo”. Publicada em 29-11-2010. Disponível em <http://migre.me/8TiOC>;
- Não basta reduzir a jornada de trabalho. É necessário fiscalizar. Publicada em 28-4-2008. Disponível em <http://migre.me/8TiQC>;
- Por uma redução abrupta da jornada de trabalho. Entrevista especial com José Dari Krein. Publicada em 01-06-2010. Disponível em <http://migre.me/8TiTf>;
- A contribuição sindical é uma proposta positiva e necessária. Entrevista especial com José Dari Krein. Entrevista publicada em 10-9-2008. Disponível em <http://migre.me/8TiWi>.

“Os sindicatos terminam defendendo mais o passado do que sendo protagonistas do futuro”

Para o economista Márcio Pochmann, é um equívoco usar o termo “pleno emprego” para a realidade brasileira, visto que essa ideia pressupõe a capacidade da economia em contratar a todos, o que não é uma verdade no Brasil de hoje

POR GRAZIELA WOLFART

“N o país, hoje o centro do mercado de trabalho é a terceirização da economia, em que são os serviços os responsáveis por cerca de 70% das ocupações geradas. E aí temos uma nova configuração do mercado de trabalho que implica inclusive no surgimento de outra classe trabalhadora, submetida a graus de exploração mais sofisticados do que aqueles que vigoravam quando a indústria era o centro da geração dos postos de trabalho. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento também de que o rigor dessa estruturação do mercado de trabalho ganhou peso recentemente pela formalização e expansão dos postos de trabalho na base da pirâmide social. O que estrutura o mercado de trabalho recente são os postos de trabalho com remuneração de até dois salários mínimos mensais”. A análise é do economista e profes-

sor da Unicamp Márcio Pochmann em entrevista concedida por telefone para a **IHU On-Line**. Ao apontar as mudanças estruturais que se delineiam no mercado de trabalho atual, Pochmann percebe um crescimento da individualização do trabalho. “Os novos métodos de gestão empresarial aprofundam o individualismo, a competição entre os trabalhadores. Isso afasta crescentemente a compreensão da classe trabalhadora em si”.

Marcio Pochmann é doutor em Economia e professor do Instituto de Economia da Unicamp. Desde 2007 é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Entre seus livros, destacamos *E-trabalho* (São Paulo: Publisher Brasil, 2002) e *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade* (São Paulo: Cortez, 2002).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Considerando uma queda no desemprego e o aumento da chamada classe C e do consumo, a que conclusão podemos chegar em relação ao mundo do trabalho no Brasil?

Márcio Pochmann— Estamos retomando uma trajetória que iniciou ainda na década de 1930, quando o Brasil, abandonando a antiga sociedade agrária, enveredou para uma sociedade urbana industrial, que tinha como centro a organização do trabalho e a estruturação do mercado de trabalho com o assalariamento. No entanto, não completamos essa

estruturação e não alcançamos nem 90% do total de ocupação dos trabalhadores do Brasil como assalariados (apenas 2/3 dos trabalhadores ocupados estavam nessa condição). E destes, algo em torno de 70% tinha carteira assinada. Isso ocorreu no final dos anos 1970. A partir daí, tivemos duas décadas de regressão desse assalariamento, em um movimento de desestruturação do mercado de trabalho. Especialmente pela expansão do desemprego, tínhamos, em 1980, menos de dois milhões de pessoas desempregadas e chegamos ao ano 2000 com quase 12 milhões de pes-

soas sem emprego. Simultaneamente tivemos a precarização dos postos de trabalho e o crescimento da informalidade na contratação de trabalhadores assalariados e não assalariados, o que resultou numa perda de participação dos salários na renda nacional. Em 1980, os salários respondiam por 50% da renda nacional. E em 2000 os salários começaram a responder por 38% da renda nacional. Essa trajetória de desestruturação no mercado de trabalho sofreu, a partir dessa primeira década do século XXI, uma inflexão. Nós voltamos à trajetória de estruturação do mercado de trabalho pela forte

ampliação do emprego assalariado com carteira assinada. Atualmente, de cada dez postos de trabalho abertos, nove são assalariados e oito são com carteira assinada. Ao mesmo tempo, tivemos um aumento, uma recuperação da participação dos salários na renda nacional. Hoje estimamos que em torno de 46% da renda nacional seja formada por salários.

Então esse é um primeiro elemento: o Brasil voltou à trajetória de estruturação do mercado de trabalho, mais ela ainda está incompleta. E tal incompletude se dá por novos fenômenos que ganham dimensão no mundo do trabalho brasileiro, como a expansão das ocupações terciárias, que é o que predomina nos dias de hoje, ao contrário daquele movimento da década de 1930 à década de 1960, que tinha como eixo estruturador o emprego industrial. No país, hoje o centro do mercado de trabalho é a terceirização da economia, em que são os serviços os responsáveis por cerca de 70% das ocupações geradas. E aí temos uma nova configuração do mercado de trabalho que implica no surgimento de uma outra classe trabalhadora, submetida a graus de exploração mais sofisticados do que aqueles que vigoravam quando a indústria era o centro da geração dos postos de trabalho. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento também de que o rigor dessa estruturação do mercado de trabalho ganhou peso recentemente pela formalização e expansão dos postos de trabalho na base da pirâmide social. O que estrutura o mercado de trabalho recente são os postos de trabalho com remuneração de até dois salários mínimos mensais.

IHU On-Line – Como avalia o mercado de trabalho de forma geral no país atualmente? Que mudanças estruturais envolvendo o trabalho e o emprego estão em curso no Brasil hoje?

Márcio Pochmann– Em primeiro lugar, temos o reconhecimento de que as teses neoliberais dos anos 1990 estavam equivocadas. O Brasil não estava condenado a não gerar mais empregos assalariados. As teses diziam que a CLT era um anacronismo, um obstáculo para as gerações de postos de trabalho e que a indústria não ge-

“Atualmente, de cada 10 postos de trabalho abertos, nove são assalariados e oito são com carteira assinada”

ria mais emprego no Brasil. Sem falar que os direitos sociais trabalhistas eram considerados um impeditivo ao avanço da ocupação no Brasil. No entanto, o país voltou a gerar empregos assalariados. Hoje ele é o terceiro país que mais gera empregos no mundo. Em segundo lugar, os empregos assalariados, sem ter havido mudança na CLT, têm ganhado maior dimensão. Os direitos sociais trabalhistas têm sido igualmente importantes para o apoio aos postos de trabalho que estão sendo gerados. Além disso, a indústria voltou a gerar emprego.

O trabalho imaterial

A questão nova do ponto de vista estrutural é a formação de uma nova classe trabalhadora assentada no trabalho imaterial. É justamente aquele trabalho cujo resultado não é algo concreto, palpável, como o que predominou na antiga classe trabalhadora material, que envolvia a indústria, a agricultura e a construção civil. Essa expansão da classe trabalhadora está submetida a um grau de alienação muito grande, alienação esta que decorre do esvaziamento e da fragmentação das ciências humanas no Brasil, da incapacidade da pesquisa social em identificar essa situação nova do ponto de vista da exposição do trabalho imaterial. Além disso, temos a baixa capacidade de articular problemas em relação à dimensão da jornada de trabalho, que é decorrente da introdução de novas tecnologias de comunicação e informação (telefonia celular, inter-

net, Ipod, tablets), que fazem com que a pessoa continue conectada ao trabalho 24 horas por dia. O trabalho imaterial é “reportável”, ou seja, a pessoa o realiza em qualquer lugar, em qualquer horário.

Em segundo lugar, temos a dificuldade da estrutura sindical em capturar e compreender essa transformação profunda no mundo do trabalho atual. Os sindicatos terminam defendendo mais o passado do que sendo protagonistas do futuro.

Em terceiro lugar, está a desconexão entre a regulação pública do trabalho com a realidade do trabalho imaterial. O direito do trabalho, tal como o conhecemos, leva em conta o local específico da atuação do trabalhador. Os direitos trabalhistas (jornada de trabalho, descanso semanal, férias, acidentes de trabalho, etc.) valem somente quando a pessoa está exercendo seu trabalho no local designado para isso. Quando ela não está nesse local, os direitos não estão conectados com ela. Como o trabalho imaterial vem sendo realizado de forma cada vez mais distante do espaço em questão, há um descolamento da regulação pública.

Em quarto lugar, há um esvaziamento das políticas públicas, a baixa efetividade da atuação do Estado através de políticas de emprego, de qualificação, de coesão e convergência coletiva. O que vemos é um crescimento da individualização do trabalho. Os novos métodos de gestão empresarial aprofundam o individualismo, a competição entre os trabalhadores. Isso afasta crescentemente a compreensão da classe trabalhadora em si.

IHU On-Line – Em que medida as políticas públicas de caráter pós-neoliberal impactaram diretamente a estrutura produtiva e o funcionamento do mercado de trabalho?

Márcio Pochmann – Esse ciclo de políticas de caráter pós-neoliberal procuraram, num primeiro momento, reconectar a trajetória que vinha anteriormente à emergência neoliberal. Esse é um reposicionamento importante, mas insuficiente. Não se trata de reconectar o passado, mas sobretudo estabelecer uma ponte com o futuro. Essa reconexão implica, em primeiro lugar, identificar que não há

mais razão técnica para alguém começar a trabalhar antes de ter completado o ensino superior. Estamos tratando agora da postergação do ingresso no mercado de trabalho. Assim como na virada do século XIX nós entendíamos que era necessário todos postergarem o ingresso no mercado de trabalho dos 5 anos para os 14 anos de idade, após ter concluído o ensino fundamental, estamos diante da emergência de reconhecer que o ensino superior passa a ser agora o piso da nova sociedade do conhecimento e do trabalho imaterial, e não mais o teto. Isso se dá também pelo fato de que estamos entrando em uma fase em que se vai viver mais. Temos uma expectativa de vida que se aproxima cada vez mais dos 100 anos de idade. Nos dias de hoje, quem chega aos 60 anos tem uma expectativa média de mais 22 anos de vida no Brasil. Então, entrar mais tardiamente e mais bem preparado no mercado de trabalho é uma exigência desse novo mundo do trabalho.

Capacitação permanente

A segunda consideração é em relação ao entendimento de que agora estamos no mundo do trabalho que exige a qualificação e a capacitação permanentes ao longo da vida útil. No mundo do trabalho anterior, a educação e a capacitação era algo que vinha antes de entrar no mercado. A educação era para o trabalho e, quando dentro do mercado de trabalho, já como adulto, não se estudava mais, porque seu primeiro emprego era uma trajetória de longa duração. O que vemos hoje é um mundo do trabalho mais instável do ponto de vista de carreiras ocupacionais. Ao mesmo tempo, é recorrente de mais conhecimento. Isso introduz uma questão nova, que é a educação para a vida toda.

IHU On-Line – Em que sentido a forma como a classe trabalhadora brasileira é inserida no mercado de trabalho faz com que o país ainda seja considerado subdesenvolvido?

Márcio Pochmann— Aqui temos dois elementos fundamentais. O primeiro diz respeito aos diferenciais de produtividade no trabalho. Temos uma desigualdade muito acentuada

“Os sindicatos terminam defendendo mais o passado do que sendo protagonistas do futuro”

em relação a ganhos de produtividade. E esse é um indicador inegável do subdesenvolvimento brasileiro. O segundo elemento é a desigualdade do ponto de vista da remuneração e das condições de trabalho. A ausência de uma homogeneidade, de uma convergência na produtividade e na remuneração e condições de trabalho ainda nos apontam para um país subdesenvolvido.

IHU On-Line – Podemos falar em pleno emprego considerando a alta taxa de informalidade em nosso país?

Márcio Pochmann— É um equívoco usar esse termo para a realidade brasileira. A ideia do pleno emprego desenvolvida por Keynes¹ sustenta que não significa que não haveria pes-

soas desempregadas, mas que a capacidade de produção da economia seria suficiente para absorver a todos os trabalhadores. Nem todos seriam empregados por várias razões: problemas de intermediação de mão de obra, por incompatibilidade de capacitação e qualificação, etc. Então, a ideia do pleno emprego pressupõe a capacidade da economia em contratar a todos, o que não é uma verdade no Brasil de hoje. Além disso, essa ideia pressupõe um mercado de trabalho estruturado, com todos assalariados. E realmente ainda temos uma parte importante dos nossos ocupados ainda informais, à margem da legislação social e trabalhista. Ainda temos o problema de desemprego aberto; em torno de 5 a 6 milhões de pessoas estão vivendo na condição de desempregados. Por outro lado, temos pessoas que estão ocupadas, mas em condições precárias e à margem da legislação. Então, o pleno emprego, nesse momento, não seria o termo adequado. Embora tenhamos setores com grande escassez de mão de obra qualificada, o que nos coloca diante de um paradoxo.

Leia mais...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Márcio Pochmann à **IHU On-Line**. Acesse em www.ihu.unisinos.br

- *Trabalho imaterial e redução da jornada de trabalho*. Entrevista publicada na **IHU On-Line** número 256, de 28-04-2008, disponível em <http://bit.ly/weFR50>;
- *O efeito dominó da crise financeira internacional*. Entrevista publicada em 27-9-2008, disponível em <http://bit.ly/ldweS7>;
- *Estado brasileiro é ativo e criativo*. Entrevista publicada na **IHU On-Line** número 322, de 22-03-2010, disponível em <http://bit.ly/lgy1By>.

¹John Maynard Keynes (1883-1946): economista e financista britânico. Sua Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. De Keynes, publicamos um artigo e uma entrevista na 139ª edição, de 02-05-2005, disponível para download em <http://migre.me/4b8NA> e outra entrevista na 144ª edição, de 06-06-2005, disponível para download em <http://migre.me/4b8NR>. Confira, também, dois artigos na 145ª edição, de 13-06-2005, disponíveis para download em <http://migre.me/4b8Ob> e um artigo nos Cadernos IHU Ideias número 37, de 2005, intitulado As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes, de autoria do Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho, disponível para download em <http://migre.me/4b8Pq>. Leia, também, a edição 276 da Revista IHU On-Line, de 06-10-2008, intitulada A crise financeira internacional. O retorno de Keynes, disponível para download em <http://migre.me/4b8OK>. (Nota da IHU On-Line)

Afirmar que a terceirização gera emprego é um mito

Essa é uma reforma trabalhista às avessas porque é o contrário do que os empresários dizem, avalia Ana Tércia Sanches

POR GRAZIELA WOLFART E THAMIRIS MAGALHÃES

“Os empresários, toda vez que pensam em terceirização e na revisão da CLT, usam um falso discurso, que é o da modernidade”, frisa Ana Tércia Sanches, em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**. Para ela, esse discurso normalmente vem acoplado à ideia de que a terceirização gera emprego. “Tudo isso é mentira e não se sustenta nem técnica nem empiricamente, tampouco pelas estatísticas. Essa é uma reforma trabalhista às avessas porque é o contrário do que os empresários dizem, de que é moderna, que gera mais empregos”. Segundo a historiadora, na verdade, ela é uma reforma que, pelas medidas que podem ser tomadas pelas empresas e pela forma de gerir o capital (fazer gestão das organizações através da terceirização), consegue atender aos interesses

dos empresários, visando redução de custos, mas fazendo isso a custa dos trabalhadores, porque as margens de lucro se mantêm bastante elevadas. “Então, o que vemos é um favorecimento dos empresários, que conseguem ter mais acúmulos de poder, rentabilidade e lucratividade, em detrimento dos trabalhadores, que empobrecem”, afirma.

Ana Tércia Sanches possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, é mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição e especialista em Economia do trabalho e Sindicalismo pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo – USP.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais os desafios que se apresentam ao mundo do trabalho hoje, considerando principalmente a questão da terceirização e da precarização?

Ana Tércia Sanches – Considerando todas as mudanças que aconteceram no mundo do trabalho nos últimos anos no Brasil, percebemos que a terceirização é a forma mais agressiva com relação à retirada dos direitos. Então, se pensarmos nos sindicatos, que foram constituídos há muitos anos, e nas categorias profissionais organizadas, estas últimas levaram anos para conquistar direitos que se diferenciam mais e melhor com relação à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Quando a terceirização chega, ela consegue derrubar tudo isso, porque esses trabalhadores vão praticamente ter rasgado todo o conjunto de direitos que os sindicatos levaram anos para tentar conquistar. Portanto, a

terceirização pode ser vista como um dos principais desafios, na medida em que ela significa uma reforma completa, às avessas do que nós gostaríamos, uma vez que os sindicatos trabalhistas querem melhorar e ampliar os seus direitos. Ademais, esta política da terceirização consegue fazer ruir todo esse processo social e, portanto, eu diria que ela é o principal desafio e o principal problema que os trabalhadores e as categorias organizadas têm vivido nos últimos anos.

IHU On-Line – O que deveria fazer parte de uma reforma trabalhista no Brasil?

Ana Tércia Sanches – A pauta da reforma trabalhista é patronal, não tem tido uma demanda do ponto de vista dos trabalhadores, como já foi em outros momentos. Os sindicatos se preocupam com o emprego. Apesar de o Brasil viver uma

fase de crescimento, de geração de postos de trabalho, essa é uma preocupação constante dos sindicatos. Então, eles têm feito uma defesa pela aprovação da convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. O Brasil não é signatário da convenção 158. E ela prevê a não demissão imotivada. Ou seja, para o empregador realizar qualquer processo de demissão, ele deveria justificá-la socialmente, informando se a empresa está em regime de falência etc. Algo parecido com o que acontece nos países da Europa, já que muitas nações são signatárias dessa Convenção da OIT. Então, atualmente existem alguns temas, tais como a liberdade e autonomia sindical, que preservam os espaços de negociação, tanto no setor privado como no público. E a agenda do sindicato é pautada por itens que compõem uma reordenação no mundo

do trabalho que possa, de fato, trazer e levar os trabalhadores a um patamar civilizatório mais moderno, no sentido de tratá-los com respeito, de trazer conquistas para eles. Ou seja, nós sabemos que o capital consegue acumular e promover novos investimentos. Agora, os trabalhadores não. Estes últimos normalmente recebem reposição da inflação, um aumento real muito tímido. A vida econômica do trabalhador é normalmente pautada por algo muito contido. Ele não consegue dar um salto de qualidade em sua vida, isso quando não observa retrocesso do ponto de vista da retirada dos seus direitos.

IHU On-Line – Em que sentido a CLT, promulgada em 1943, necessitaria de uma revisão? Em que aspectos ela está mais defasada?

Ana Tércia Sanches – A nossa crítica à CLT tem a ver com elementos que fazem o sindicato ter uma relação muito forte com o Estado. Nosso entendimento é que o sindicato tem que se organizar livremente, porque assim os interesses dos trabalhadores podem ser colocados da melhor forma possível. Ademais, existem elementos na CLT que os sindicatos não questionam, porque foram direitos constituídos. Mas, quando pensamos na CLT, não estamos falando em derrubar o décimo terceiro salário, as férias, esses direitos que foram constituídos ao longo dos anos. Estamos questionando muito mais essa relação corporativa que os sindicatos, desde a época de Getúlio Vargas, foram impelidos a se vincular ao Estado, fruto de um recolhimento como é o imposto sindical, o qual atrela a atividade sindical a um consentimento que o Estado tem em relação aos empresários. A nossa crítica é nesse sentido.

Porém, é diferente da crítica do empresariado que pretende fazer uma revisão na CLT, retirando direitos. O discurso empresarial diz que o custo Brasil e o do trabalho, portanto, é um custo elevado, porque ele é fixo e o que os empresários querem é a flexibilidade total. Ou seja, se for possível, concede férias no patamar que a CLT prevê; se possível, paga o décimo terceiro salário no patamar que a CLT vê; se for o caso, recolhe os encargos para a previdência social também no mo-

delo que a CLT antecipa. Então, temos diferenças muito claras de perspectivas de revisão da CLT. A nosso ver, não é uma revisão que busque retirada de direitos. Do ponto de vista do empregado, é uma revisão, sim, que prevê retirada de direitos.

“A terceirização é a forma mais agressiva com relação à retirada dos direitos”

IHU On-Line – Qual sua opinião sobre o projeto de lei n. 4330, de autoria do deputado Sandro Mabel, do PMDB-GO, que regulamenta a terceirização em quase todos os setores da economia brasileira?

Ana Tércia Sanches – O projeto do Mabel representa, de fato, uma ameaça aos direitos que os trabalhadores construíram ao longo desses anos, que foi consolidado tanto na CLT como também nos acordos coletivos de trabalho que as categorias mais organizadas conquistaram. É certeza que, se nós tivermos uma lei que prevê a terceirização em qualquer tipo de atividade, seja ela fim ou meio, vamos conseguir fazer ruir esse processo. Se nós quisermos ser mais rigorosos, podemos dizer que esse projeto do deputado Mabel destrói a CLT. Vou dar um exemplo: os trabalhadores terceirizados trabalham em empresas, em que a taxa de rotatividade é extremamente elevada. Ela consegue ser o dobro ou o triplo do que se vê em rotatividade de outras empresas que são constituídas nos diversos setores da economia. Isso significa dizer que o trabalhador terceirizado está a todo o momento alterando seu posto de trabalho, pois ele precisa de emprego. E, muitas vezes, o que acontece é que ele trabalhou em uma empresa, mas não conseguiu gozar férias e acaba automaticamente entrando em outra empresa, porque ele precisa se manter empregado. Quando faz isso, ele deixa de exercer o direito que possuía,

que era o de férias. Além disso, abandona o direito de recolher os encargos para o fundo de garantia e perde o do décimo terceiro salário. Então, esse é um problema nítido que poderíamos detectar quando a CLT começa a ser corroída, não porque houve uma reformulação completa, anunciada, pelo governo e pelos veículos de comunicação. Mas, na prática, no dia a dia, a terceirização consegue corroer os direitos fundamentais, pois os que estão na CLT são os mais básicos.

No entanto, se virmos a categoria dos bancários, por exemplo, um trabalhador terceirizado ganha um terço do que ganha a Convenção Coletiva de Trabalho, que é assinada por um setor patronal, um setor financeiro. Isso significa dizer que nós estamos promovendo uma completa desregulamentação dos direitos a partir de um projeto de lei que se anuncia como de terceirização, mas na prática mexe em toda a estrutura das relações de trabalho no Brasil.

IHU On-Line – Em que sentido esse projeto de lei pode ser considerado uma “reforma trabalhista às avessas”, como sugerem os sindicalistas?

Ana Tércia Sanches – Os empresários, toda vez que pensam em terceirização e na revisão da CLT, usam um falso discurso, que é o da modernidade. Esse discurso normalmente vem acoplado à ideia de que a terceirização gera emprego. Tudo isso é mentira e não se sustenta nem técnica nem empiricamente, tampouco pelas estatísticas. Essa é uma reforma trabalhista às avessas porque é o contrário do que os empresários dizem, de que é moderna, que gera mais empregos. Na verdade, é uma reforma que, pelas medidas que podem ser tomadas pelas empresas e pela forma de gerir o capital (fazer gestão das organizações através da terceirização), consegue atender aos interesses dos empresários, visando redução de custos, mas fazendo isso a custa dos trabalhadores, porque as margens de lucro se mantêm bastante elevadas. Então, o que vemos é um favorecimento dos empresários, que conseguem ter mais acúmulos de poder, rentabilidade e lucratividade, em detrimento dos trabalhadores, que empobrecem.

IHU On-Line – Que cenário podemos esperar caso seja aprovada a regulamentação da terceirização para os outros setores da economia?

Ana Tércia Sanches – Trata-se de evidências da perda para todos os trabalhadores, em todos os segmentos. Se analisarmos empresas fortes, como é o caso da Petrobrás, por exemplo, veremos que ela possui um volume elevado de trabalho terceirizado. Só que quando avaliarmos estatísticas de morte da Petrobrás, iremos observar que mais de 83% dos casos de óbito são relacionados ao trabalho terceirizado. Então, vemos um cenário de piora, de deterioração, nas relações de trabalho no Brasil com a terceirização. Ela está relacionada à precarização, à ampliação das doenças ocupacionais e de mortes no trabalho. Se a terceirização visa, em primeira instância, reduzir custos e a força de trabalho é o componente mais relevante da composição do custo de um produto e de um serviço, são os trabalhadores que irão sair perdendo.

Regulamentação da terceirização: perda para toda a sociedade

Além disso, gostaria de deixar claro que, se for aprovada a terceirização, nós também teremos um cenário ruim, que não é apenas para os trabalhadores. É para a sociedade em seu conjunto, porque se são rebaixados os custos da composição de um produto e de um serviço pela força de trabalho, também será atingida a qualidade dos serviços ofertados. Então, os clientes irão perceber que a terceirização tem um custo que vai se reverberar na qualidade do serviço que é ofertado. Esse é um problema que deve ser pensado por toda a sociedade. E, se for aprovada uma lei como essa, o cenário é muito triste, em um país onde o Produto Interno Bruto – PIB cresce e que caminha para ser a quinta maior economia do mundo. Pensar uma nação que tem um PIB elevado, que tem uma riqueza interna imensa, não pode ser um país que pensa nesse avanço concentrando riqueza nas mãos dos empresários, que almejam fazer isso em detrimento dos trabalhadores e da força de trabalho.

“Os empresários, toda vez que pensam em terceirização e na revisão da CLT, usam um falso discurso, que é o da modernidade”

IHU On-Line – Em que medida a terceirização contribui para a concentração de renda no país?

Ana Tércia Sanches – Quando analisarmos as empresas que mais terceirizam, chegaremos nessa explicação da concentração de renda. Quem mais terceiriza no Brasil não são os pequenos empresários e nem as pequenas empresas. São as grandes corporações, que têm lucros bilionários, algumas delas estrangeiras, que enviam divisas para fora do país. Essa é uma matemática simples de perceber. Veremos que os trabalhadores terceirizados recebem salários ínfimos, perdem direitos, e quem se beneficia desse trabalho, quando observamos a cadeia produtiva, são as grandes corporações, que têm aumentado seus lucros. Essa é a sociedade que se desenha.

IHU On-Line – Como a terceirização se relaciona com as transformações do capitalismo contemporâneo?

Ana Tércia Sanches – A terceirização é parte das reestruturações capitalistas que aconteceram na Europa a partir dos anos 1970. Nos anos 1990, chega ao Brasil com mais força e a terceirização é um pilar fundamental para a reestruturação produtiva que aconteceu. Ela vem acompanhada de inovações tecnológicas, fusões e aquisições que ocorreram no ambiente corporativo. Essas transformações foram marcadas por novas formas de organização do trabalho.

Terceirização como eixo fundamental

A terceirização é um pilar forte dessas transformações que aconteceram no mundo do trabalho, e é por isso que ao longo dos anos 1990 observamos o seu crescimento e a necessidade patronal de tentar aprovar uma lei que desse legitimidade a essa forma de terceirização. Hoje, se formos considerar as outras instâncias que estão abaixo do Tribunal Superior do Trabalho – TST, que é a maior, que julgam os duelos trabalhistas, veremos que existem milhões de ações de trabalhadores questionando os processos de terceirização e os direitos que não são recebidos. Portanto, a terceirização foi fundamental nessa reestruturação produtiva, que no Brasil ganhou força nos anos 1990, mas ainda não terminou. Essa reestruturação é algo que vem acontecendo de forma contínua ao longo desses últimos 20 anos e a terceirização foi eixo fundamental.

IHU On-Line – Como o governo Dilma e o Ministério do Trabalho têm se posicionado em relação às transformações no mundo do trabalho no Brasil?

Ana Tércia Sanches – Vale a pena fazer uma diferenciação entre os governos de Dilma e Lula com aquele veio antes. As principais formas de reestruturação e de flexibilização, medidas que foram flexibilizando o mercado de trabalho brasileiro, surgiram na década de 1990, em especial nos anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Então, vimos nascer a criação do banco de horas, a regulamentação do trabalho aos domingos etc. Além disso, foram flexibilizadas as formas de contratação e outros mecanismos que o governo auxiliou, do ponto de vista da flexibilização dos direitos. Nesse momento, houve a reestruturação capitalista das empresas no Brasil.

Governo Dilma

O governo Dilma atualmente tem recebido uma pressão constante por parte dos empresários para aprovar um projeto de lei que regulamente a terceirização no Brasil com o viés deste grupo, que busca garantir a terceirização geral e oferecer a segurança

jurídica a eles. Então, o governo da presidenta recebe a pressão patronal, mas também tem dialogado e recebido o setor que representa os trabalhadores. O que ela tem dito em reuniões públicas é que em seu governo não haverá aprovação de nenhuma lei que vise flexibilizar direitos. Sabemos que há uma disputa e um tensionamento social entre as forças políticas e os representantes dos trabalhadores. Mas nós esperamos que a palavra de Dilma seja mantida e que não exista nenhuma lei que retire os direitos dos trabalhadores.

IHU On-Line – Você concorda que o emprego no país é marcado por

alto nível de informalidade, baixos salários e empregos precários?

Ana Tércia Sanches – Preciso ainda concordar com isso. Se observarmos as negociações das diversas categorias, veremos que elas tiveram reposição da inflação e aumento real de salário. Isso é um dado e precisamos identificar. Mas o Brasil ainda tem um nível de informalidade muito elevado. Porém, isso é algo que diminuiu nos últimos anos por conta do avanço do emprego com carteira assinada. Há um estudo do Pochmann, que trabalha com isso, e algumas pesquisas do Dieese que dizem que esses empregos novos gerados são de baixos salários e com baixa qualificação. Portanto, temos que ter cautela para olhar tudo isso.

Precisamos comemorar o avanço da formalização, mas devemos perceber que tipo de emprego está sendo gerado. Nesse sentido, o que vemos é uma migração dos empregos que estavam vinculados às categorias profissionais organizadas, que se liga ao tema da terceirização. Ou seja, o crescimento do volume de empresas terceirizadas é o que explica o nível de formalização com baixos salários. A terceirização é uma explicação para isso. Mas, se o país cresce e a lucratividade das empresas é satisfatória, faz-se necessário manter o crescimento de empregos, porém pagando os salários que possam ser considerados justos, que sejam pensados do ponto de vista do bem-estar dos trabalhadores.

Baú da IHU On-Line

Para pesquisar e consultar outras edições da revista **IHU On-Line**, confira:

- * *Trabalho imaterial e apropriação da subjetividade humana*. Entrevista com Sílvia Camargo, número 387 de 26-03-2012, disponível em <http://bit.ly/Hafd5c>
- * *Biocapitalismo e trabalho. Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação*, número 327, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>
- * *O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes*, número 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/9ZMEXs>
- * *O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado*, número 291, de 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/aJl0Bi>
- * *O mundo do trabalho no Brasil de hoje. Mudanças e novos desafios*, número 256, de 28-04-2008, disponível em <http://bit.ly/bHjG51>
- * *O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho*, número 216, de 23-04-2007, disponível em <http://bit.ly/b7yjJN>
- * *Mais inovação tecnológica e... piores condições de trabalho. Um paradoxo!*, número 188, de 10-07-2006, disponível em <http://bit.ly/9XI3hj>
- * *Trabalho. As mudanças depois de 120 anos do 1º de maio*, número 177, de 24-04-2006, disponível em <http://bit.ly/9hpxec>
- * *As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho*, número 161, de 24-10-2005, disponível em <http://bit.ly/cPi0xB>
- * *A crise da sociedade do trabalho*, número 98, de 26-04-2004, disponível em <http://bit.ly/9fGZ4W>
- * *Economia Solidária e a crise do mundo do trabalho*, número 66, de 30-06-2003, disponível em <http://bit.ly/9BUpq7>
- * *1º de maio: trabalho e memória*, número 57, de 28-04-2003, disponível em <http://bit.ly/c1VjpB>

Aumento da produtividade e a manutenção de postos de trabalho

“Para uma sociedade que busca um desenvolvimento na evolução, a redução da jornada é uma forma de distribuir os ganhos econômicos para que as pessoas tenham maior disponibilidade de tempo para outras atividades e outras responsabilidades”, defende Clemente Ganz Lucio

POR GRAZIELA WOLFART

Otimista diante da significativa redução do desemprego no Brasil, o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lucio, traz dados animadores da realidade dos últimos anos: “saímos de uma média da ordem de 22% de desemprego e estamos com uma taxa inferior a 10%. Portanto, é uma redução muito significativa do desemprego em geral, incluindo postos de trabalho formais e informais. O que tem de importante também nesse processo é que predomina a oferta de postos de trabalho assalariados, com carteira de trabalho assinada. Hoje, dependendo da região, de cada 10 postos de trabalho gerados, de 7 a 9 são formais, com carteira assinada e com sistema de proteção social vinculado”. No entanto, reitera, na entrevista que concedeu por

telefone à **IHU On-Line**, a evidência de que, na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, os salários estão baixos, há precarização dos postos de trabalho, e muitas vezes as condições de saúde não são adequadas. “Mas uma coisa é o trabalhador estar empregado, lutando para melhorar as condições de trabalho. Outra coisa é estar desempregado, sem salário, sem renda, o que é um problema muito mais grave”.

Clemente Ganz Lucio é diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese desde 2004. É também professor na PUC-SP e diretor do instituto Observatório Social, com sede em São Paulo. Na Universidade Federal do Paraná, graduou-se em Ciências Sociais.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais os desafios que se apresentam ao mundo do trabalho hoje, considerando principalmente a questão da terceirização e da precarização?

Clemente Ganz Lucio – Temos hoje no Brasil uma perspectiva que vem se consolidando há alguns anos de incremento dos postos de trabalho, o que é uma boa notícia. Ao mesmo tempo, precisamos observar a qualidade desses postos de trabalho, em especial no que se refere às condições de remuneração e às condições de trabalho em geral, ou seja, às condições de saúde, de segurança e todos esses elementos que caracterizam um posto de trabalho. Há ainda um volume

muito grande de postos de trabalho com péssimas condições. Além disso, temos um processo de incremento desses postos de trabalho associado ao uso de tecnologia, o que aumenta, em grande medida, a intensidade e o ritmo do trabalho. Isso, muitas vezes, só vem a agravar os problemas de saúde que já existem em função da precarização. No aspecto específico da relação entre empresas, um fenômeno que ganhou muita participação no mercado de trabalho brasileiro são os postos terceirizados. Há um volume bastante grande de trabalhadores que são contratados por empresas terceiras, muitas vezes com o objetivo primeiro de redução de custos, o que re-

bate sobre os salários e condições de trabalho nas empresas que prestam serviços para outras.

IHU On-Line – Qual sua visão sobre a redução da jornada de trabalho como alternativa para a questão do desemprego?

Clemente Ganz Lucio – Hoje o problema do desemprego não é considerado o principal em nossa sociedade, como era há cerca de 10 anos. O que temos são situações em que faltam trabalhadores para desenvolver atividades em alguns setores. Por exemplo, em muitas regiões falta mão de obra no setor da construção civil. Mas tudo isso não significa que, nesse

momento, não deveríamos reduzir a jornada de trabalho, justamente pensando no longo prazo e no incremento da produtividade numa situação futura de crise, para que o desemprego não volte a ser um problema. A redução da jornada de trabalho também visa ampliar a possibilidade de postos de trabalho. No curto prazo, pensando na situação brasileira, a redução da jornada visaria fundamentalmente a disponibilização de mais tempo para o trabalhador investir em outras atividades (culturais, de cuidado com a família ou investimento em formação profissional e educação em geral), no sentido da sua qualificação ou da sua qualidade de vida. Outra dimensão associada à redução da jornada de trabalho é o aumento do tempo de deslocamento médio que o trabalhador precisa para chegar ao local de trabalho, por conta do crescimento das cidades. Portanto, a redução compensaria uma parte desse tempo que, no geral, não é contado como jornada de trabalho. Em terceiro lugar, a redução da jornada sem redução de salário significa, de alguma maneira, ganho de produtividade. Se as empresas estão tendo ganho de produtividade, uma forma de repartir esse ganho com os trabalhadores é reduzindo a jornada, porque, uma vez a produtividade aumentando, o trabalhador pode trabalhar menos e produzir comparativamente até mais. E a redução da jornada de trabalho também significa uma oportunidade para gerar mais postos de trabalho, na medida em que o volume de trabalho se mantém ou aumenta e, se a jornada é menor, são necessários mais trabalhadores para cumprir a tarefa. Para uma sociedade que busca um desenvolvimento na evolução, a redução da jornada é uma forma de distribuir os ganhos econômicos para que as pessoas tenham maior disponibilidade de tempo para outras atividades e outras responsabilidades.

IHU On-Line – Que mudanças estruturais envolvendo o trabalho e o emprego estão em curso no Brasil hoje?

Clemente Ganz Lucio – Primeiro, há uma mudança estrutural associada a uma estratégia de desenvolvimento, caso o Brasil sustente por mais dez,

“Há ainda um volume muito grande de postos de trabalho com péssimas condições”

vinde anos, a experiência de termos um mercado de trabalho que vive uma situação de baixo desemprego ou, muitas vezes, de pleno emprego. Permanecendo uma situação dessas, o que é ótimo do ponto de vista da atividade econômica, nosso país poderá ter uma experiência renovada de imigração de trabalhadores vindos da América Latina e do norte da Europa, procurando o Brasil como um país que recebe trabalhadores imigrantes para atuar de forma regular. Outra mudança importante nessa situação que chamamos de “pleno emprego” é que há um revigoramento da ação sindical que pode buscar partilhar os ganhos econômicos do ponto de vista do salário e das condições de trabalho. Mais uma mudança importante que poderá ser aprofundada é que o incremento econômico deverá suscitar, junto às empresas, investimentos em ganho de produtividade. Se se materializarem hoje os recursos da comunicação, da informática, da eletrônica e da mecânica, poderão trazer, por um lado, intensificação no ritmo de trabalho, aumento de produtividade, e, por outro lado, provavelmente, no médio prazo, poderá suscitar a discussão de perda ou redução de postos de trabalho em alguns setores pela introdução da tecnologia. Poderemos, em médio prazo, voltar a ter problemas de desemprego não mais associado necessariamente à ausência de crescimento econômico, que foi o que vivemos nos últimos anos, mas um desemprego setorial associado a uma nova tecnologia, o que exigirá a requalificação de muitos trabalhadores e poderá deixar alguns desempregados. É uma luta permanente em buscar o equilíbrio entre o aumento da produtividade e a manutenção

de postos de trabalho, com todas as pessoas ocupadas.

IHU On-Line – Que interpretação pode ser feita da queda do desemprego no Brasil? Esse dado é realmente animador?

Clemente Ganz Lucio – O resultado geral é de uma redução muito significativa do desemprego. Pelas taxas que o Dieese calcula de desemprego metropolitano nos últimos anos, nós saímos de uma média da ordem de 22% de desemprego e estamos com uma taxa inferior a 10%. Portanto, é uma redução muito significativa do desemprego em geral, incluindo postos de trabalho formais e informais. O que tem de importante também nesse processo é que predomina a oferta de postos de trabalho assalariados, com carteira de trabalho assinada. Hoje, dependendo da região, de cada 10 postos de trabalho gerados, de 7 a 9 são formais, com carteira assinada e com sistema de proteção social vinculado. É evidente que, na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, os salários estão baixos, há precarização dos postos de trabalho, e se é uma empresa que presta serviços terceirizados muitas vezes o posto de trabalho é formal, mas é precário, com condições de saúde não adequadas. Mas uma coisa é o trabalhador estar empregado, lutando para melhorar as condições de trabalho. Outra coisa é estar desempregado, sem salário, sem renda, o que é um problema muito mais grave. O contexto atual é diferente dos anos 1990, quando tínhamos baixíssimas ofertas de postos de trabalho e nela predominavam postos informais. De cada 10, seis eram informais e quatro eram formais. Há uma mudança de qualidade em relação à carteira de trabalho e à proteção social. No entanto, carteira de trabalho não resolve outras dimensões que precisam ser transformadas ao longo das lutas que o movimento sindical tem que fazer por melhores condições de salário, de trabalho, pela regulamentação da terceirização no sentido de evitar a precarização. Há uma luta enorme para que a qualidade dos postos de trabalho seja aquela que nós esperamos.

IHU On-Line – Quais os caminhos para reduzir a informalidade do trabalho no país?

Clemente Ganz Lucio – O fato de uma pessoa optar por não ter um vínculo assalariado não é necessariamente ruim. Quando um pedreiro, um eletricitista, um carpinteiro, um jardineiro, um atendente que cuida de famílias, ou um enfermeiro que faz um atendimento resolve fazer do seu trabalho uma prestação de serviços, muitas vezes ele tem uma renda e uma condição de trabalho muito melhores do que as de um assalariado. Se perguntarmos para um pedreiro que faz reformas em residências, ele dirá que não quer ser um assalariado. Ele quer continuar a fazer aquele trabalho, pois ganha muito mais, com melhores condições de trabalho. Além disso, é feliz fazendo o que faz e tem boas condições de vida. A questão para esse trabalhador é como ele, fazendo essa atividade autônoma, pode ter um sistema de proteção social associado. Ele pode ser um trabalhador autônomo, na chamada economia informal, mas não precisa ser informal no sentido de estar fora da lei. Ele pode ser um trabalhador por conta própria e estar plenamente legalizado, contribuindo para a Previdência e sendo beneficiário dela, aposentando-se na velhice da mesma forma que um trabalhador assalariado. Na agricultura familiar vemos muito isso. O agricultor familiar não é um assalariado e também não é um grande empresário. Ele tem uma produção e não precisa estar na ilegalidade. Então, hoje temos uma oferta de postos de trabalho bastante interessante. Assim mesmo, há um conjunto de trabalhadores que quer

“O fato de uma pessoa optar por não ter um vínculo assalariado não é necessariamente ruim”

continuar fazendo sua atividade autônoma ou por conta própria. E isso não é ruim para a economia.

IHU On-Line – Em que medida os trabalhadores brasileiros (formais e informais) possuem acesso ao crédito e à tecnologia?

Clemente Ganz Lucio – O acesso ao crédito vem crescendo para todos os trabalhadores. A agricultura familiar, por exemplo, tem acesso a um crédito dez vezes maior ao que tinha na década de 1990. O trabalhador assalariado hoje tem acesso ao crédito consignado com taxas de juros extremamente interessantes comparadas aos anos 1990. Hoje o crédito para o consumo está dado de forma bastante ampliada. O acesso ao crédito para investimento na micro e pequena empresa também existe de forma facilitada. O crédito passou a ser um instrumento bem difundido na sociedade brasileira, o que não era nos anos 1980 e 1990. Então, essa é uma mudança importante, pois ele ajuda a alavancar o crescimento econômico. Já a tecnologia apresenta uma difi-

culdade maior no caso dos pequenos empreendimentos. No caso dos trabalhadores em geral, a tecnologia vai chegando na vida, no dia a dia, com o celular, o microcomputador, o cartão eletrônico para receber o salário, a aposentadoria, o Bolsa Família e para movimentar a conta bancária. A tecnologia está entrando para facilitar a vida dos trabalhadores do ponto de vista do serviço. O problema é que, quando a tecnologia entra na dimensão do trabalho, ela acaba intensificando o ritmo e pode causar doenças, estresse. Então, ela tem vantagens e desvantagens. Pode melhorar a vida das pessoas, que usam a tecnologia para facilitar o cotidiano e, ao mesmo tempo, intensifica o trabalho.

Leia mais...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Clemente Ganz Lúcio. Acesse nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br)

- “O momento é de repartir os ganhos que as empresas vêm obtendo” – Entrevista publicada nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU em 12-09-2008, disponível em <http://bit.ly/IDym2A>;
- Por um pacto mundial do emprego – Entrevista publicada na revista **IHU On-Line** número 291, de 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/JyKcxL>.



As ocupações precárias e o desemprego disfarçado

Fernando Augusto Mansor de Mattos, docente da UFF, não concorda com o apregoado pleno emprego. Ainda que a informalidade venha caindo, há formas veladas de desemprego, como aquele classificado como “oculto de trabalho precário”

POR GRAZIELA WOLFART E MÁRCIA JUNGES

O mais preocupante em nosso país no momento é a queda do desemprego industrial, ou a desindustrialização, observa Fernando Augusto Mansor de Mattos, na entrevista que concedeu por telefone à **IHU On-Line**. Segundo ele, o “desemprego aberto no Brasil está baixo. Não concordo, contudo, que exista o pleno emprego, como algumas pessoas têm apregoado. Há muitas ocupações precárias e muito desemprego disfarçado”. E completa: “com as políticas adotadas por FHC nos anos 1990, o desemprego ficou altíssimo, e a informalidade continuou alta. O que houve nos últimos nove anos foi que a ocu-

pação cresceu e o desemprego caiu, junto da informalidade”.

Fernando Augusto Mansor de Mattos é professor na Universidade Federal Fluminense – UFF. Graduiu-se em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, onde também cursou mestrado e doutorado em Ciência Econômica com a tese *Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana*. É autor de *Flexibilização do trabalho: sintomas da crise* (São Paulo: Annablume, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que elementos mais tornam complexo o mundo do trabalho hoje?

Fernando Augusto Mansor de Mattos – No caso do Brasil, o que preocupa no momento é a queda do emprego industrial, ou esse fenômeno que alguns autores estão chamando de desindustrialização. Outro elemento que vem de longe e que a literatura costuma debater é a questão das novas tecnologias. No entanto, esse tema se aplica a qualquer momento histórico, porque o capitalismo é capaz de gerar recorrentemente inovações tecnológicas que provocam mudanças no mundo do trabalho. O problema não está exatamente apenas no mercado de trabalho, mas em como pode se dar uma regulação social para que possamos enfrentar os problemas recorrentes a ele. Os debates sobre o mundo do trabalho devem estar articulados com uma questão importante relacionada à regulação social que há em torno dele (o trabalho). O mundo do trabalho envolve uma visão mais

ampla do que apenas essa que geralmente se tem do trabalho dentro da fábrica, ou das atividades terciárias.

O capitalismo sempre gerou mudança tecnológica e isso é próprio dele enquanto sistema. É inerente ao sistema e isso afeta o mercado de trabalho, o que não irá gerar necessariamente resultados ruins do ponto de vista de desemprego porque, muitas vezes, a economia cresce e absorve as pessoas que foram deslocadas, ou então há uma regulação social para que se tenha algum tipo de renda. Assim, resalto que as mudanças tecnológicas são muito importantes para o desenvolvimento econômico.

IHU On-Line – Considerando uma queda no desemprego e o aumento da chamada classe C e do consumo, a que conclusão podemos chegar em relação ao mundo do trabalho no Brasil?

Fernando Augusto Mansor de Mattos – O desemprego aberto no Brasil está baixo. Não concordo, con-

tudo, que exista o pleno emprego, como algumas pessoas têm apregoado. Há muitas ocupações precárias e muito desemprego disfarçado. São aquelas pessoas que entram nas estatísticas como ocupadas, mas que, na verdade, estão em situação precária, procurando novas ocupações, percebendo rendimentos do mercado informal, e muitas vezes nem recebendo o dinheiro. É o caso de quem cuida de cadeiras na praia, por exemplo. Quando chove, essa pessoa não ganhará nenhum dinheiro. Há o setor informal, que está sujeito a várias intempéries e oscilações da economia ou situações fortuitas, o que não garante regular pagamento de rendimento do trabalho e também não garante o usufruto dos direitos sociais. Acredito que o Brasil ainda tem uma parcela muito expressiva de pessoas no mercado informal, embora isso tenha se reduzido. É um mérito dos governos Lula e Dilma. O problema vem sendo combatido, mas ainda existe. O desemprego também é um problema menor hoje

do que era no tempo de FHC, o mais alto da história.

IHU On-Line – Então, não podemos falar em pleno emprego no Brasil, considerando justamente a alta taxa de informalidade?

Fernando Augusto Mansor de Mattos – Há uma outra questão que as pessoas esquecem, que é o emprego doméstico. No Brasil, quase 8% do trabalho é composto pelo emprego doméstico. Isso não é uma situação ideal. E o emprego doméstico é exercido predominantemente por mulheres: praticamente temos 20% das mulheres brasileiras nesse tipo de atividade. Isso contando as de emprego assalariado, e não as diaristas. Então, o Brasil ainda tem bolsões de informalidade e precariedade do mercado de trabalho, embora esse contingente venha diminuindo nos últimos anos por causa do crescimento da economia.

IHU On-Line – O que esperar de um cenário em que, apesar de a fatia de desocupados ter sofrido uma forte queda nos últimos anos, o trabalhador que se mantém no emprego aumenta a sua produtividade?

Fernando Augusto Mansor de Mattos – A ocupação cresceu no Brasil. O número de assalariados aumentou. E eu estou entre aqueles que defendem a diminuição da jornada de trabalho. Há estudos sobre os países desenvolvidos e no Brasil que revelam que a redução da jornada aumenta o emprego. Mas a isso devemos juntar outros elementos. A redução da jornada de trabalho no capitalismo é um fato. Se analisarmos a Revolução Industrial, as pessoas trabalhavam de 14 a 15 horas por dia. Hoje, nos países desenvolvidos, com sindicatos fortes, as pessoas trabalham de 35 a 36 horas por semana. A queda da jornada do trabalho é perfeitamente compatível com o capitalismo. Quando falamos de aumento da produtividade, é preciso tomar cuidado com esse termo, que quer dizer produzir mais com menos pessoas, ou em menos horas de trabalho. Isso também tem sido feito e é um elemento importante para explicar a viabilização, ao longo dos anos, da redução da jornada de trabalho. Portanto, é perfeitamente possível e compatível com o desenvolvimento

“No caso do Brasil, o que preocupa no momento é a queda do emprego industrial, ou esse fenômeno que alguns autores estão chamando de desindustrialização”

econômico a redução da jornada de trabalho, inclusive isso prova que se a economia continuar crescendo haverá um aumento do emprego.

A redução da jornada de trabalho é uma luta do movimento sindical mais combativo. Quando há muitos trabalhadores recorrendo a horas extras, isso se converte em um problema grupal. E aí entra a questão da regulação. Se os trabalhadores tivessem um salário mais alto, não seria preciso fazer tanta hora extra. Se a hora extra fosse mais cara do que é, talvez fosse mais vantajoso para o empregador contratar novas pessoas. Tudo isso passa por uma questão de legislação, regulação e luta do movimento sindical e do Estado atuando em favor de uma regulamentação diferente do mercado de trabalho.

IHU On-Line – Que interpretação pode ser feita da queda do desemprego no Brasil? Esse dado é realmente animador?

Fernando Augusto Mansor de Mattos – Sem dúvida, e eu estou animado com isso. Estudo esse tema desde os anos 1980 e um dos principais problemas que tínhamos no Brasil a partir dessa época foi o aumento da informalidade e do emprego informal no conjunto da ocupação. Com as políticas adotadas por FHC nos anos 1990, o desemprego ficou altíssimo, e a informalidade continuou alta. O

que houve nos últimos nove anos foi que a ocupação cresceu e o desemprego caiu junto da informalidade. Temos que olhar os dados com rigor e cuidado, usando as palavras corretas. Em primeiro lugar, a situação melhorou muito. Em segundo lugar, não está ótima, mas precisamos fazer ponderações porque ainda existe a informalidade. Esta ainda é muito alta, mas vem caindo, o que é muito positivo. Os liberais, tucanos e o pessoal que fez a política dos anos 1990 atribuía o desemprego ao excesso de legislação trabalhista e regulação do trabalho. O tempo mostrou que eles estavam errados e que, na verdade, o que gera emprego e ocupação é o crescimento da economia. Quando o crescimento melhorou, isso se refletiu rapidamente numa melhora no mercado de trabalho, o que é inegável a partir dos números. Vários analistas passaram os anos 1990 no limite, culpando as vítimas pelos seus infortúnios. Isso tudo é uma grande besteira. O que vimos é que a economia retomou o crescimento nos anos 2000, o que não foi muito expressivo, mas foi bem melhor do que nos anos 1990. O emprego melhorou, por consequência. Não houve mudança na legislação que justificasse esse fenômeno. O que houve foi maior crescimento da economia.

IHU On-Line – Muitas vezes os trabalhadores preferem ficar na informalidade porque os salários que recebem no emprego formal são muito baixos. Isso não acaba sendo um fator preocupante por aumentar a informalidade?

Fernando Augusto Mansor de Mattos – A informalidade é algo muito complexo. Há, sim, pessoas que preferem trabalhar autonomamente. Em termos de percentuais, não se trata da maioria. Uma coisa é um advogado, jornalista, economista ou engenheiro fazerem essa opção. Isso existe e gera, por vezes, rendimentos melhores do que como assalariado. Mas, ao falar isso, também não estou exaltando-o como solução. Porque a maioria das pessoas que estão na informalidade o faz por falta de melhores opções. Isso é verdade e é preciso ser dito. Há de tudo, e é uma questão de proporções.

IHU On-Line – O que é o desemprego oculto e em que medida ele aparece em nosso país?

Fernando Augusto Mansor de Mattos – O desemprego oculto é um conceito que faz parte das pesquisas do Dieese. Em associação com várias entidades estaduais, como a Federação Estadual de Estatística – FEE, no Rio Grande do Sul, o Dieese faz pesquisas mensais de desemprego. E esse termo foi cunhado para designar aquela pessoa que tem algum tipo de ocupação na semana de referência das pesquisas, porém está procurando algo a mais e melhor para fazer. Essa situação é diferente daquela na qual a pessoa não tem qualquer tipo de ocupação na chamada semana de referência. Esse é o desemprego aberto. O desemprego oculto é assim nomeado pelo trabalho precário. Pensemos num jardineiro, que vai passando pelas ruas e batendo às portas pedindo o que fazer. Muitas vezes, essa pessoa consegue trabalho assim, e por isso devemos compreender que ela não tem uma ocupação, ou seja, vive uma situação de desemprego oculto pelo trabalho precário. Se chegar numa empresa e for oferecido que trabalhe e cuide do jardim de um prédio, condomínio ou empresa, é bem possível que irá aceitar a vaga. No caso das pesquisas do Dieese no Rio Grande do Sul, esse cidadão entra na estatística do emprego oculto pelo trabalho

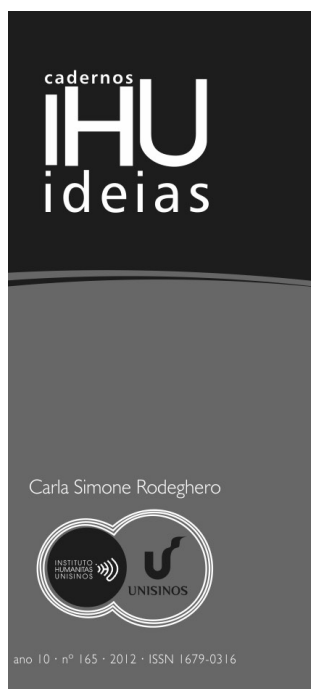
“O problema não está exatamente apenas no mercado de trabalho, mas como pode se dar uma regulação social para que possamos enfrentar os problemas recorrentes a ele”

precário. Na classificação do IBGE há uma diferença de metodologia, somente. Através desse método, esse jardineiro entraria como ocupado. O desemprego oculto, portanto, permite que se perceba melhor a questão de heterogeneidade que há no mercado de trabalho. Isso precisa ser medido e avaliado na sociedade brasileira, a qual tem uma economia em desenvol-

vimento. Isso é um símbolo, uma característica de nossa sociedade.

IHU On-Line – Em que medida as transformações do capitalismo contemporâneo interferem na dinâmica do mundo do trabalho?

Fernando Augusto Mansor de Mattos – Elas mudam a maneira pela qual as pessoas exercem seu trabalho na empresa. Isso pode gerar desemprego, e essa pessoa que foi retirada do ambiente de trabalho e substituída por uma máquina pode não encontrar outra ocupação. Quando alguém perde seu emprego porque o cargo deixa de existir, irá procurar exercer outra coisa. O mercado de trabalho vai mudando e oferecendo novas oportunidades de trabalho. Isso também se dá através da tecnologia. Tem gente que trabalha com software e consertando computadores, ou mesmo produzindo computadores nas fábricas. Há empresas de telefonia que possuem diversos postos dentro de uma mesma cidade. Isso são tecnologias que foram criadas e que há 20 anos não existiam. A tecnologia gera transformações, mas isso não quer dizer que sempre deteriore o trabalho. Elas flexibilizam a maneira de trabalhar em alguns setores, geram novas formas em outros e geram o desemprego em alguns casos, sem dúvida. As pessoas podem passar a ocupar outros postos de trabalho em novas atividades que são criadas.



CADERNOS IHU IDEIAS

165ª edição – Agostos! A “Crise da Legalidade” vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre

Cadernos IHU ideias, em sua 165ª edição, de 17 de abril de 2012, apresenta “Agos! A (...)”

A permanência de um passivo social e trabalhista no Brasil

Para Márcia de Paula Leite, mesmo com a melhoria do mercado de trabalho brasileiro, a economia solidária ainda se apresenta como uma solução de inserção social da população mais pobre, com menos condições de encontrar um emprego formal

POR GRAZIELA WOLFART

“D e 2004 para cá o mercado de trabalho brasileiro, via de regra, melhorou. Estamos tendo um aumento do emprego, uma diminuição do desemprego, da informalidade e uma melhoria do salário médio. Então, nosso quadro é totalmente diferente do quadro da Europa e dos Estados Unidos, por exemplo. Isso vem acontecendo de maneira geral na América Latina, mas têm diferenças de país para país. Esse processo é mais forte no Mercosul, no Brasil e na Argentina”. O quadro positivo é descrito pela professora e pesquisadora da Unicamp, Márcia de Paula Leite. Na entrevista a seguir, concedida por telefone para a *IHU On-Line*, ela reflete sobre as mudanças em relação à forma de organização do trabalho nas empresas atualmente, bem como sobre a presente situação da mulher no

mercado de trabalho. Segundo Márcia, as mulheres vêm apresentando um nível de formação superior ao dos homens, mas continuam ganhando menos. “Isso é um absurdo, porque se nós temos maior qualificação, porque continuamos ganhando menos? Não faz sentido. Segundo as leis do mercado, isso não deveria acontecer nunca. Só acontece porque continua havendo discriminação”, destaca.

Márcia de Paula Leite possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP, mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e doutorado em Sociologia pela USP. Atualmente é professora da Unicamp. É coautora de, entre outros, *Novas configurações do trabalho e economia solidária* (São Paulo: Annablume, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como você define a forma de organização do trabalho nas empresas hoje? Quais as tendências que percebe no mundo do trabalho?

Márcia de Paula Leite— A primeira coisa que temos que lembrar quando falamos de formas de organização do trabalho é que elas variam muito de acordo com o setor e, especialmente, de acordo com o lugar que as empresas ocupam na cadeia produtiva. Temos hoje uma forma de organização das empresas que é muito diferente daquela que existiu até os anos 1970 e 1980. Atualmente não temos mais a “grande empresa”, que concentrava uma grande parcela da produção internamente. As empresas estão “enxugando”, transferindo uma parte da sua produção para os fornecedores. Estes, por sua vez, fazem o mesmo, o que vai criando um encadeamento

produtivo. A forma de organização do trabalho desta empresa líder, ou “empresa mãe” da cadeia produtiva, é muito diferente da forma de organização do trabalho nas empresas que estão no final da cadeia, porque nesse encadeamento temos também uma divisão do trabalho. Temos empresas que ficam com o trabalho mais de concepção e outras que ficam com o trabalho de execução. É claro que as empresas que estão na liderança da cadeia ficam com o “filé mignon” do processo produtivo, com o trabalho mais qualificado. Temos aí uma forma de organização do trabalho mais baseada na polivalência. E quando se vai para o final da cadeia, temos a organização mais taylorista-fordista, porque não há conteúdo para enriquecer o trabalho. Então, a forma de organização do trabalho, hoje, é muito diferenciada de acordo com o lugar que a

empresa ocupa nesse encadeamento produtivo. Diferentemente do que acontecia até os anos 1980, em que todas as empresas tendiam a ter uma forma mais homogênea, baseada num trabalho parcelado, dividido. Na atualidade temos uma divisão do trabalho no interior da cadeia.

IHU On-Line – Podemos perceber uma transição do modelo taylorista-fordista nas empresas para o modelo toyotista ou o que temos é uma hibridação de modelos?

Márcia de Paula Leite — Não gosto do termo “modelo toyotista”. Ele gera muita confusão. O que temos é algumas técnicas de organização do trabalho que se difundiram no Japão a partir da experiência da Toyota. Mas o que acontece lá só acontece lá. Por isso que não gosto desse termo. É muito particular. Além disso, a manei-

ra como as técnicas japonesas de organização do trabalho se difundiram para o resto do mundo é muito seletiva. Mas no Japão também é assim. Essas técnicas estão presentes na cadeia como um todo, só que elas aparecem de forma diferente de acordo com a empresa: há a cadeia produtiva e há uma grande diferença na forma de organização do trabalho de acordo com o lugar que a empresa ocupa nesta cadeia. O que temos é uma forma de organização do trabalho baseada na flexibilidade, ou seja, formas flexíveis de organização do trabalho que buscam a flexibilização e que não acabam com a lógica da organização taylorista-fordista do trabalho; elas se misturam com as técnicas tayloristas-fordistas. As técnicas fordistas e tayloristas continuam existindo. Aparecem de forma menos estendida do que já foram, mas continuam lá, especialmente nessas empresas que estão mais no final da cadeia, produzindo produtos de menor conteúdo tecnológico. Essa posição de “antigamente tínhamos o fordismo e hoje temos o toyotismo” não explica nada.

IHU On-Line – A partir do livro “Novas configurações do trabalho e economia solidária”, quais seriam essas novas configurações que caracterizam o mundo do trabalho hoje?

Márcia de Paula Leite— Quando nos referimos, nesse projeto, às novas configurações do trabalho, estamos falando de um conjunto de formas de trabalho que já existiam, mas que assumem novas características. Por exemplo, nesse encadeamento produtivo que defini anteriormente, temos um processo muito forte da chamada terceirização, porque as empresas estão “enxugando” e colocando parte do seu processo produtivo para fora. O que acontece é que como esta é uma realidade em todas as empresas, teremos no final da cadeia produtiva empresas produzindo produtos muito simples, sem nenhum conteúdo tecnológico. Em geral, nessas empresas há um ressurgimento do trabalho informal, à domicílio, por tempo determinado etc. Isso é muito forte no setor de vestuário. Mas também acontece em outros ramos do setor industrial, de serviços, bancário (e aqui entra todo esse trabalho de call center, por

exemplo), até no trabalho informal, de camelôs. Então, percebemos uma reconfiguração das características do trabalho em todos os setores e que está ligada a essa transformação da organização empresarial.

“Do início dos anos 2000 para cá a taxa de desemprego no Brasil caiu pela metade”

IHU On-Line – De que maneira a expansão contemporânea da economia solidária se relaciona com o processo de globalização e de reestruturação econômica e com o aumento do desemprego e do trabalho precário?

Márcia de Paula Leite— A economia solidária surge no Brasil como uma proposta de resistência ao desemprego e ao trabalho precário que aumentou brutalmente nos anos 1990. Temos mundialmente essa característica do mercado de trabalho: todo esse movimento da reestruturação produtiva, da globalização que vem se dando sob a hegemonia do capital financeiro e dos princípios do neoliberalismo, está levando a um processo muito forte de precarização do trabalho, de aumento do desemprego. Isso ocorreu também no Brasil, acompanhando a tendência mundial, nos anos 1990. A partir dos anos 2000 tivemos uma mudança nesse quadro, porque a economia internacional começou a favorecer os países produtores de commodities, como era o caso da América Latina. E a partir de 2003 tivemos uma mudança nas políticas públicas, de desenvolvimento e voltadas para o mercado de trabalho. E o Brasil se distanciou desse quadro internacional. De 2004 para cá o mercado de trabalho brasileiro, via de regra, melhorou. Estamos tendo um aumento do emprego, uma diminuição do

desemprego, da informalidade e uma melhoria do salário médio. Então, nosso quadro é totalmente diferente do quadro da Europa e dos Estados Unidos, por exemplo. Isso vem acontecendo de maneira geral na América Latina, mas têm diferenças de país para país. Esse processo é mais forte no Mercosul, no Brasil e na Argentina. E a economia solidária é uma forma de luta e resistência dos trabalhadores à situação de desemprego e de precarização de trabalho, que ocorreu nos anos 1990 e início dos anos 2000. Ela surge como uma proposta de um grupo, uma liderança de esquerda, junto com o movimento social, no Fórum Social Mundial em 2001, no sentido de criar trabalho e renda. No entanto, ao longo do seu desenvolvimento, a economia solidária vai criando novas características, especialmente em função da mudança do mercado de trabalho, que começa a melhorar.

Estruturação do mercado de trabalho

Passamos por um processo de estruturação do mercado de trabalho, que ainda está em andamento. Do início dos anos 2000 para cá, a taxa de desemprego caiu pela metade. Ela era por volta de 12% e hoje está inferior a 6%. Já tem gente falando em pleno emprego no Brasil, e há certas categorias em que não se encontra mais mão de obra. O que acontece é que, apesar de ter havido essa melhoria no mercado de trabalho, não podemos dizer que “então, aquela situação que deu margem ao surgimento da economia solidária desapareceu e a economia solidária vai desaparecer também”. Isso não acontece, porque nós temos um passivo social e trabalhista enorme no Brasil. Temos uma enorme parcela da população brasileira que é de miseráveis, de pobres, que nunca conseguiram um trabalho estável, que têm muito pouca formação, escolaridade, e que são pessoas mais velhas e não têm como entrar no mercado de trabalho formal. A economia solidária, de uma proposta para uma realidade em que os trabalhadores estavam perdendo seus empregos e que apontava para uma transformação social, começa a se transformar por causa da mudança do mercado de trabalho

para uma solução de inserção social desta população mais pobre, com menos condições de entrar no mercado de trabalho. O que se destaca são os catadores de material reciclável e as cooperativas de reciclagem. Outras formas de economia solidária são os setores de alimentação, artesanato, costura, mas dificilmente podem ser englobadas dentro de um movimento de maior expressão, como é o caso dos catadores.

IHU On-Line – Como está a situação da mulher no mercado de trabalho atual? Quais os desafios e conquistas recentes?

Márcia de Paula Leite— Uma das conquistas mais recentes é que as mulheres vêm conseguindo entrar em nichos de mercado em que antes não conseguiam, em profissões como engenharia, física, que eram absolutamente masculinas. Outra conquista é que vem diminuindo a diferença salarial entre homens e mulheres. Elas continuam ganhando menos do que os homens, mas essa diferença já não é tão grande como foi nos anos 1970 e 1980. As mulheres vêm conseguindo ter acesso a cargos de direção, o que é outro avanço. Pouco a pouco, elas vêm tendo êxito, com muita luta, no sentido de melhorar a sua situação no mercado de trabalho.

No entanto, ainda há muito a ser feito. Por exemplo, as mulheres

“O grande problema é que a divisão sexual do trabalho não muda”

são mais escolarizadas hoje do que os homens na maior parte dos países do mundo, com exceção de alguns países da África e dos países árabes. Elas vêm apresentando um nível de formação superior aos dos homens, mas continuam ganhando menos. Isso é um absurdo, porque, se nós temos maior qualificação, por que então continuamos ganhando menos? Não faz sentido. Segundo as leis do mercado, isso não deveria acontecer. Só acontece porque continua havendo discriminação.

Dinâmica de reposição das desigualdades

Além disso, existe uma dinâmica do mercado de trabalho que repõe as desigualdades: melhora-se a situação em alguns aspectos, mas a desigualdade se repõe em outros. O grande problema é que a divisão sexual do trabalho não muda. Temos o trabalho

reprodutivo, que é o trabalho doméstico, que garante a continuação da espécie, o cuidado com os filhos, com a casa, com a família. E temos o trabalho remunerado, fora de casa. O que estamos falando é sobre esse trabalho remunerado, de profissional. O imaginário de que o trabalho doméstico e da reprodução é de responsabilidade exclusivamente da mulher faz com que ela entre no mercado de trabalho numa situação muito desigual em relação ao homem. Quando os filhos são pequenos, ou ela tem uma dupla jornada ou tem que sair do mercado de trabalho para cuidar dos filhos e depois, quando volta, é numa situação de defasagem, muito mais difícil; ou então ela não pode se dedicar ao trabalho como o homem, porque ela tem a dupla jornada, com os filhos esperando por ela. Ou ainda ela contrata outra mulher, quando tem um salário que lhe permite fazer isso, para fazer o trabalho doméstico que não consegue fazer. Ou seja, cria-se todo um conjunto de transformações para manter inalterada essa divisão sexual do trabalho, que confere às mulheres um determinado papel e aos homens outro e que faz com que a situação das mulheres no mercado de trabalho seja muito difícil. Isso explica também em parte porque as mulheres, mesmo tendo uma escolaridade significativamente maior do que a dos homens, continuam ganhando menos.

Participe da palestra “As relações entre Brasil e China sob o ponto de vista da globalização popular”, com a Profa. Dra. Rosana Pinheiro-Machado - Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Data: 03-05-2012

Horário: Das 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Terceirização: intermediação ilegal de mão de obra

“É preciso continuar valorizando o salário mínimo, o aumento real dos salários, a garantia de aposentadorias dignas para todos, e a terceirização nem de longe combina com o que queremos”, defende Miguel Pereira

POR GRAZIELA WOLFART

Na visão de Miguel Pereira, da Contraf-CUT, “o mundo do trabalho, não apenas no Brasil, mas principalmente no chamado primeiro mundo vem passando por um profundo ataque”. Ele explica: “apesar de estarmos apresentando um cenário de crescimento econômico, com alguns avanços sociais, os postos de trabalho são cada vez mais precários. Há um incremento da jornada de trabalho, os níveis de doenças ocupacionais são cada vez maiores, a remuneração é cada vez mais flexível, o trabalho humano está cada vez sendo menos utilizado, e a terceirização ajuda nisso tudo. Enfim, os paradigmas do trabalho ‘fordista’ não existem mais”. Para Miguel, “o que muda no Brasil é que a situação era tão mais difícil que esse início de inclusão, garantindo-se algum nível de formalidade e distribuição

de renda, já apresenta alguns resultados positivos. Mas os trabalhadores e a sociedade não podem se conformar apenas com essa realidade”. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele destaca que “a riqueza gerada pelo trabalho humano deve ser compartilhada com a sociedade, através de mais e melhores empregos, e não piores. Não é à toa que somos hoje a sexta maior economia do mundo e a décima pior nação em distribuição da riqueza nacional. Pergunto: vamos perpetuar esse modelo? A terceirização veio para manter essa situação”.

Miguel Pereira é advogado, bancário e secretário de Organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que sentido você considera que a terceirização pode ser apontada como uma prática ilegal de intermediação de mão de obra?

Miguel Pereira – A terceirização pode ser de mão de obra ou de serviços. No Brasil, particularmente esse processo começou pela mão de obra. Apesar de não termos uma lei sobre a terceirização, temos a CLT, que define o que é uma relação de emprego. Ou seja, se na relação triangular da terceirização houver os elementos caracterizadores (pessoalidade, subordinação, habitualidade, onerosidade), pelo princípio legal da primazia da realidade, podemos afirmar que a relação de emprego é estabelecida de forma direta com a tomadora ou a contratante dos serviços. O termo jurídico para essa situação é “intermediação ilegal

de mão de obra”. E registre-se: na maioria dos casos é isso o que ocorre.

IHU On-Line – O que lhe motiva a defender que o trabalhador é visto como mercadoria na intermediação da mão de obra?

Miguel Pereira – Justamente pela figura de um “terceiro” que intermedia a relação e a força de trabalho de outrem, cobrando por isso. Às vezes, cobra das duas partes: da contratante e do próprio trabalhador. O sistema em que alguém ganhava com a exploração dos serviços de outrem se chamava escravidão. E, como para se ganhar as concorrências e licitações, leva mais quem apresentar o menor preço no pregão, retiram-se, diminuem ou não se cumprem os direitos dos trabalhadores. Vemos atraso no pagamento dos salários – já reduzidos perante aos demais trabalhadores –, o não paga-

mento de férias, o não recolhimento de INSS e do Fundo de Garantia. Muitas vezes nem mesmo a carteira de trabalho é assinada.

IHU On-Line – Que reflexão você faz a partir da situação do trabalho e do emprego no Brasil, considerando que vivemos na modernidade e os indicadores apontam um quadro de desenvolvimento econômico e social?

Miguel Pereira – O mundo do trabalho, não apenas no Brasil, mas principalmente no chamado primeiro mundo vem passando por um profundo ataque. Apesar de estarmos apresentando um cenário de crescimento econômico, com alguns avanços sociais, os postos de trabalho são cada vez mais precários. Há um incremento da jornada de trabalho, os níveis de doenças ocupacionais são cada vez maiores, a remuneração é cada vez

mais flexível, o trabalho humano está cada vez sendo menos utilizado, e a terceirização ajuda nisso tudo. Enfim, os paradigmas do trabalho “fordista” não existem mais. O que muda no Brasil é que a situação era tão mais difícil que esse início de inclusão, garantindo-se algum nível de formalidade e distribuição de renda, já apresenta alguns resultados positivos. Mas os trabalhadores e a sociedade não podem se conformar apenas com essa realidade, porque, em caso contrário, caímos naquela velha máxima: “é melhor ter esse emprego, seja qual for, do que não ter nenhum”. E a riqueza gerada pelo trabalho humano deve ser compartilhada com a sociedade, através de mais e melhores empregos, e não piores. Não é à toa que somos hoje a sexta maior economia do mundo e a décima pior nação em distribuição da riqueza nacional. Pergunto: vamos perpetuar esse modelo? A terceirização veio para manter essa situação.

IHU On-Line – O que caracteriza uma relação formal de emprego? Elementos como pessoalidade, subordinação, habitualidade e onerosidade não estariam ultrapassados considerando a questão do trabalho imaterial e da tecnologia?

Miguel Pereira – Não, não considero que estejam ultrapassados. Nem tudo que se apresenta como moderno é fruto da escolha das pessoas. São ideologias construídas e vendidas como se fossem pacotes e, aparentemente, parecem ser melhores. Mas depois de um tempo, percebe-se que não foi bom para todos. Nem todos têm a condição do empreendedorismo. Na verdade, trata-se de uma exacerbação da autoexploração, da maximização da produtividade e, obviamente, reduzindo os custos fixos da produção empresarial, repassando esses riscos que, até então, eram do empresário diretamente para as pessoas. Essa é a questão. Outro elemento que me faz afirmar que a questão não está ultrapassada é que as relações numa sociedade são reguladas por normas, por leis. Nem sempre elas são justas, mas servem para regular as relações e dialogam com as condições políticas e de organização e mobilização da sociedade. A definição da relação formal de emprego no Brasil, que consta na CLT,

e os pontos constitucionais são pautados em princípios, tais como o da dignidade humana.

IHU On-Line – Em que medida a terceirização pode ser vista como um mito para acobertar a precarização?

Miguel Pereira – É porque a terceirização foi “vendida” à sociedade como algo moderno para a organização e divisão do trabalho, que gera postos de trabalho, que ajuda na especialização do trabalho, e por tudo isso é irreversível. Tudo mentira. A disputa para aumentar a lucratividade e a produtividade, que é apropriada por poucos, em detrimento da geração de postos de trabalho melhores, com menor rotatividade, com menos mortes, etc., constitui um debate que é uma falácia. Os empresários buscam mesmo é redução dos custos com a mão de obra e todos os estudos, dados e informações minimamente sistematizadas apontam para todo tipo de precarização.

IHU On-Line – O que precisa mudar em relação ao mercado de trabalho para contribuir na redução da desigualdade em nosso país?

“Essas ideologias do ‘Você SA’, ‘Faça seu salário’ são intencionalmente construídas e muitas vezes custeadas por grupos financeiros para serem propagandeadas como verdades absolutas, e não o são”

Miguel Pereira – Alguns pontos deveriam ser atacados de imediato, como a alta rotatividade no emprego, que só no Brasil temos. Como exemplo, temos os bancários – dos cerca de 500 mil trabalhadores, mais da metade tem menos de cinco anos de casa. E cada novo bancário que chega, vem ganhando até 50% menos. Portanto, é preciso por limites a essa possibilidade da demissão sem justa causa. Outra questão fundamental é o fortalecimento dos sindicatos, aprovando a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata da liberdade e da autonomia sindical, com o fim do imposto sindical e do poder normativo da justiça do trabalho. Assim, teríamos sindicatos fortalecidos em condições de fazer a disputa por melhores salários e condições de trabalho. É preciso continuar valorizando o salário mínimo, o aumento real dos salários, a garantia de aposentadorias dignas para todos, e a terceirização nem de longe combina com o que queremos.

IHU On-Line – Quais as principais consequências que os trabalhadores vítimas da precarização das condições de trabalho têm sofrido?

Miguel Pereira – De toda ordem são os prejuízos. A começar pela perda da própria identidade, uma vez que deixam de integrar o mesmo grupo. Apesar de terem a mesma profissão e exercerem a mesma atividade, são vistos como elementos estranhos àquele ambiente. São discriminados. Trabalhadores e cidadãos de segunda classe. Seus contratos de trabalho, quando existem, são diferenciados, não lhes são assegurados os mesmos direitos. Dos mais elementares, como utilizar o mesmo transporte, banheiros, ou restaurantes, a ter salários reduzidos (em alguns casos chegam a 1/3 dos demais), não recebem os mesmos auxílios, não têm plano de saúde, a cada 12 meses de trabalho têm, em média, apenas seis meses de INSS recolhidos, comumente não têm depósitos nas contas do FGTS e, quando demitidos, geralmente não recebem suas verbas rescisórias. E o mais trágico: de cada cinco acidentes de trabalho, quatro são com os terceirizados. A cada 10 mortes, oito são com os terceirizados. Mesmo não tendo

dados estatísticos oficiais para comprovar, por alguns indicadores podemos dizer que temos algo em torno de 10 milhões de trabalhadores terceirizados – particularmente acredito que esse número é ainda maior –, de um total de aproximadamente 43 milhões de trabalhadores formais no Brasil. Assim, podemos projetar o tamanho do prejuízo atual e futuro para a classe trabalhadora e, por conseguinte, para a sociedade. Como o mundo poderá ser melhor se as pessoas estiverem piores?

IHU On-Line – O que deveria ser levado em conta ao se pensar em uma lei que fortaleça as relações de emprego e os direitos dos trabalhadores?

Miguel Pereira – Em primeiro lugar, o princípio da igualdade de tratamento entre homens, mulheres, negros, jovens, deficientes e da isonomia de direitos. Em segundo, o fortalecimento da atuação dos sindicatos, para que sejam verdadeiramente comprometidos com a representação e luta histórica dos trabalhadores. Com esses elementos poderíamos restabelecer a solidariedade entre os trabalhadores e a classe trabalhadora. Não há condições de se manter um oásis em meio ao caos. Ou todos ganham, ou todos perdem. Momentaneamente, as coisas parecem que não são assim. Leva algum tempo para as pessoas perceberem que foram enganadas. Às vezes por elas próprias. Essas ideologias do “Você SA”, “Faça seu salário” são intencionalmente construídas e muitas vezes custeadas por grupos financeiros para serem propagandeadas como verdades absolutas, e não o são. Os trabalhadores estão pagando muito caro por terem legitimado parte desse processo.

IHU On-Line – Em que sentido uma legislação precarizante em relação ao trabalho pode comprometer o futuro da nação brasileira?

“Os trabalhadores estão pagando muito caro por terem legitimado parte desse processo”

Miguel Pereira – As nações capitalistas, e o Brasil é uma delas, se organizam através da relação capital e trabalho. Quanto mais injusta for essa relação, mais comprometido será o futuro. O trabalho e o seu rendimento que garantem o sustento e o consumo social, e, por sua vez, a produção industrial e de serviços, é que estruturam a sociedade. Se as pessoas não tiverem a capacidade de bem se manterem, o futuro e a própria vida ficam comprometidas. Violência, morte, doenças são os preços que todos pagamos na medida em que essa relação permanece injusta e inalterável. Coloca em risco inclusive o próprio processo democrático, à medida que não temos uma sociedade de iguais.

IHU On-Line – Que cenário esperar caso seja aprovada a regulamentação da terceirização para outros setores da economia?

Miguel Pereira – Caso o projeto de lei 4330 e seu substitutivo sejam aprovados, o cenário será de caos total. Teremos trabalhadores e cidadãos de terceira classe. O país certamente será mais rico, mas o seu povo infinitamente mais pobre e desprovido de proteção social. Os sindicatos perderão a lógica de sua existência, uma vez que nosso modelo é baseado na organização de categorias profissionais. Pergunto: qual categoria profissional resistirá ou persistirá se tudo e todos poderão ser terceirizados e levados

para fora da área de representação dos sindicatos mais organizados? E como a média e a massa salarial serão comprimidos, todas as referências salariais e de direitos serão gradativamente rebaixados.

IHU On-Line – Como a terceirização se relaciona com as transformações do capitalismo contemporâneo?

Miguel Pereira – A terceirização está no centro das estratégias do capitalismo moderno. Descobriram que esse sistema funciona de forma avassaladora para a redução dos direitos dos trabalhadores em escala global. E se a parcela da riqueza que fica com os trabalhadores for cada vez menor, obviamente a parcela que ficará com os detentores do capital será maior. Não se trata mais de uma forma de divisão do trabalho para aumentar a produtividade.

IHU On-Line – O que esperar de um cenário em que, apesar de a fatia de desocupados ter sofrido uma forte queda nos últimos anos, o trabalhador que se mantém no emprego aumenta a sua produtividade?

Miguel Pereira – O aumento da produtividade é muito bom. O uso de novas tecnologias e equipamentos eliminando, por exemplo, atividades penosas devem ser vistos como uma conquista da sociedade. Por isso mesmo deve ser compartilhada por todos. Por exemplo, se a produtividade aumenta, as pessoas podem trabalhar menos; logo, está correta a reivindicação da redução da jornada de trabalho para todos sem a redução salarial. Os salários também devem ser maiores bem como a participação nos lucros. Caso contrário, continuaremos a dar legitimidade a um sistema que em sua lógica maior está a destruição do ser humano, da própria vida, a qual deve ser digna e abundante para todos.

Trabalho imaterial. Exigência do novo capitalismo produtivo

POR CESAR SANSON

“Assiste-se a uma transformação significativa no processo produtivo. Em contraponto ao trabalhador calado do modo de produção do capitalismo taylorista-fordista, o capital produtivo da revolução informacional pede um trabalhador que disponibilize recursos imateriais como o conhecimento, a cooperação e a comunicação nos processos de trabalho”, constata César Sanson, docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em artigo que publicamos a seguir.

Segundo ele, “a marca distintiva, que caracteriza a sociedade pós-fordista, é a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial”.

Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, é especialista em economia do trabalho pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, onde também cursou mestrado e doutorado em Sociologia, com a tese *Trabalho e subjetividade. Da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*. É autor dos **Cadernos IHU Ideias** número 60, intitulado *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida*; e do número 94, intitulado *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos*. Também é autor dos **Cadernos IHU** número 32 intitulado *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*.

Confira o artigo.

Os últimos anos do século XX imprimiram uma nova configuração à sociedade do trabalho. No epicentro dessa mudança encontra-se a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial.

O capital produtivo hoje, principalmente aquele conectado ao capital globalizado, investe cada vez mais nas capacidades cognitivas dos trabalhadores como fator decisivo para o *plus* produtivo. A sociedade industrial mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. O operário foi reduzido a uma máquina produtiva.

Agora, ainda que de forma embrionária, assiste-se a uma transformação significativa no processo produtivo. Em contraponto ao trabalhador calado do modo de produção do capitalismo taylorista-fordista, o capital produtivo da revolução informacional pede um trabalhador que disponibilize recursos imateriais como o conhecimento, a cooperação e a comunicação nos processos de trabalho.

A sociedade industrial está sendo deixada para trás. A evolução das forças produtivas desembocou numa nova revolução – a Revolução Tecnológica/Informacional. A novidade dessa revolução reside no fato de que ela supera o tratamento que era dado à informação pela Revolução Industrial. As Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação agem diretamente sobre a informação e permitem a possibilidade de estruturar o não estruturado. Nas revoluções anteriores, o conhecimento esgotava-se no invento propriamente dito. As pessoas aprendiam e assimilavam o uso dessas tecnologias, usando-as. Nessa revolução, o conhecimento é utilizado para gerar mais conhecimento, num processo cumulativo sem fim.

Na sociedade industrial, o trabalho insere-se na esfera da reprodução, dispensa o conhecimento, está preconcebido e atende a um padrão tecnológico e organizacional estruturado de antemão. As tarefas são rotineiras, repetitivas, e podem ser pré-codificadas e programadas para que as máquinas as executem. A relação homem/

máquina é despojada de qualquer enriquecimento. Trata-se de uma relação racionalizada por procedimentos que manifestam uma interação mecanicista. O saber operário não é reconhecido, ou apenas parcialmente, por encontrar-se circunscrito nos padrões pré-estabelecidos pela máquina.

Agora, com a introdução das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação, as mudanças são significativas. Cada vez mais a valorização do trabalho repousa sobre o conhecimento, sobre a capacidade de interação com a máquina, superando a mera subordinação. Trata-se do que se denomina de “sistema de produção de conhecimentos por conhecimentos”. Na nova forma de se organizar o trabalho e ativá-lo, busca-se a reconquista da parte do trabalho vivo que o desenvolvimento histórico do capitalismo tentou aniquilar. Ao capital hoje interessa a mercadoria do corpo não apenas como unidade biológica, mas como corporalidade social, ou seja, aquilo que ele reúne em si como parte integrante de uma capacidade produtiva maior, que se reúne no ge-

neralintellect— o cérebro social de que fala Marx.

A marca distintiva, que caracteriza a sociedade pós-fordista, é a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. O trabalho imaterial ainda não se apresenta hegemônico quantitativamente, mas já o é qualitativamente. A nova forma de organizar o trabalho colocou no centro do processo produtivo os recursos imateriais. A principal fonte do valor reside agora na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não apenas no capital fixo, a maquinaria. A capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação, é requerente no modo de ser no trabalho das empresas, e o trabalhador não deve se contentar em reproduzir as capacidades predeterminadas e prescritas para o posto de trabalho que ocupa, mas sim desenvolver-se como um produto que continua ele mesmo a se produzir.

Na nova forma de organizar o trabalho são solicitados aos trabalhadores os requisitos da mobilidade, da flexibilidade, da adaptabilidade, a capacidade de interação, de disposição linguística, o talento comunicativo. O trabalho requer um engajamento total do trabalhador. Pode-se falar em uma prescrição da subjetividade orientada pela mobilização e engajamento de todas as faculdades e os recursos que podem ser extraídos e oferecidos pelo sujeito do trabalho.

Logo, o *plus* do trabalhador ativado por seus recursos imateriais é considerado central no novo modo produtivo e essencial na organização da força de trabalho. Doravante, o capital investe sempre e cada vez mais na *bios* — na vida — do trabalhador procurando ativar os recursos imateriais próprios de cada operário na perspectiva de que esses recursos sejam disponibilizados ao capital. Está claro que lógica do capital é apropriar-se desses recursos imateriais que se desenvolvem como qualidades subjetivas e subordiná-las ao seu projeto.

O caráter “revolucionário” do trabalho imaterial, entretanto, segundo Hardt e Negri (2005), Virno¹ (2002) e

Gorz² (2005), entre outros, repousa no fato de que as formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas apenas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho, mas emergem das energias produtivas do próprio trabalho, ou seja, o sujeito do trabalho joga um papel decisivo como parte integrante da própria forma de organizar o trabalho.

Bibliografia

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; (Orgs). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.
FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Cosenza. Em 1977 apresentou sua tese de doutorado sobre o conceito de trabalho e a teoria da consciência de Theodor Adorno. Entre seus livros estão: Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas (Madrid: Traficantes de Sueños, 2003); A Grammar of the Multitude: For an Analysis of Contemporary Forms of Life (Nueva York: Semiotext, 2004) e Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humanas (Madrid: Traficantes de Sueños, 2005). Confira a entrevista A multidão, o mal e as instituições do futuro, reproduzida pelas Notícias do Dia 08-11-2006, disponível em <http://migre.me/BiO5>. Na edição 161 da revista IHU On-Line, de 24-10-2005, Virno concedeu a entrevista “O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso”, disponível para download em <http://migre.me/BiXV>. (Nota da IHU On-Line)

2 André Gorz (1923-2007): filósofo austríaco. Escreveu inúmeros livros, vários deles traduzidos para o português, entre eles Adeus ao proletariado (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica (São Paulo: Annablume, 2003) e Misérias do Presente, Riqueza do Possível (São Paulo: Annablume, 2004). Realizamos uma entrevista com André Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista IHU On-Line, de 02-01-2005, e na íntegra no número 31 dos Cadernos IHU Idéias, com o título A crise e o êxodo da sociedade salarial, disponível para download em <http://migre.me/BiZH>. Sobre André Gorz também pode ser lido o texto Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz, de autoria de André Langer, pesquisador do Cepat. O texto está publicado nos Cadernos IHU n.º 5, de 2004, disponível para download em <http://migre.me/BiAl>. O site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU deu ampla repercussão à morte de Gorz. Para acessar o material, acesse as Notícias do Dia 26-09-2007. (Nota da IHU On-Line)

GORZ, André. *O imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2001.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2005.

VERCELLONE, Carlo. Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho. *IHU On-Line*, São Leopoldo, ano IV, n. 161, 2005, p.17-21.

VIRNO, Paolo. *Grammaire de la multitude*. Québec: Conjectures & l'éclat, 2002.

Leias as
entrevistas
do dia no
sítio do IHU:

www.ihu.
unisinos.br

1 Paolo Virno (1952): Filósofo e semiólogo italiano de orientação marxista. Atualmente, leciona na Universidad de

Trabalho coletivo e opção de futuro. O depoimento de um catador

POR GRAZIELA WOLFART

José Alencar Ponciano Pereira, mais conhecido como Dico, é presidente da Associação de Trabalhadores Urbanos de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos – Aturoi, de São Leopoldo. Ele conversou com a redação da **IHU On-Line** na última semana sobre sua experiência e como ele se sente inserido no mercado de trabalho brasileiro.

Prova viva de que há alternativas ao trabalho assalariado na busca de ocupação e renda, Dico declara que, depois de dez anos de trabalho informal, conseguiu se organizar com seu grupo de amigos catadores para buscar uma renda mensal através da reciclagem de lixo por meio do cooperativismo e do associativismo. Também militante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD, Dico fazia trabalhos sociais e se reuniu com alguns amigos que também estavam desempregados para fazer coleta de resíduos buscando a reciclagem. “No início, era um refúgio. A gente fazia esse trabalho porque era complicado trabalhar de carteira assinada. Então, nos primeiros momentos aquilo era um escape para nós. Hoje, vemos a reciclagem de outra forma. Quem está dentro não quer mais sair. Paramos de entregar currículos por aí, porque as pessoas foram vendo que tem possibilidade de trabalhar e garantir nosso sustento com isso”, relata.

Dico percebe que pessoas de pouca escolaridade e com mais de 30 anos não conseguem emprego facilmente. “É preciso um bom currículo e uma boa carteira, caso contrário não consegue mais espaço nas empresas”. Então, continua ele, “as pessoas se refugiam em uma opção alternativa de

trabalho para sustentar suas famílias. E a opção de trabalho com a reciclagem é uma escolha de futuro. É o que eu sempre digo: hoje plantamos para colher amanhã”.

A Associação de Trabalhadores Urbanos de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos – Aturoi conta com 16 associados. Cada um ganha de 500 a 600 reais por mês. O grupo foi prejudicado por um incêndio ocorrido em fevereiro de 2011, que gerou um prejuízo de aproximadamente 150 mil reais. “Perdemos um trabalho de nove anos”, lamenta o catador.

Dico conta que são poucos os associados da Aturoi que contribuem para o INSS. “De 2007 a 2011, antes do incêndio, todos pagavam. Na época eram 20 associados, mas depois dessa tragédia ficamos três meses desempregados e as dificuldades financeiras abalaram a todos. Foi difícil conseguir manter o grupo organizado. Mas eu sempre digo que o trabalho social e coletivo é muito sério e se as pessoas não tivessem consciência disso, o grupo tinha se dissociado com esse incêndio. Mesmo com todas as dificuldades conseguimos nos manter”.

Segundo Dico, o lucro da associação é dividido em partes iguais entre todos os associados, sem prioridade nenhuma para a diretoria. “Muitos me questionam por trabalhar dessa forma e como eu já precisei muito, não acho justo, não vejo porque um ser beneficiado mais do que o outro”, explica.

O catador está animado, pois agora a Aturoi vai passar para a modalidade de cooperativa, em função de um convênio estabelecido com a Prefeitura de São Leopoldo, pelo qua-

la Associação recebe 4,5 mil reais trimestrais do poder público municipal.

“O que nós queremos é tirar os catadores autônomos das ruas. Sei que a vantagem é não precisar cumprir horário, sem responsabilidade maior comigo e com as pessoas em volta. E também tem a questão financeira. Converso com alguns catadores que dizem que conseguem tirar de 800 a mil reais por mês. Então eles me perguntam: qual é a vantagem de entrar no empreendimento?”. Mas Dico insiste e replica que a coleta seletiva alcança apenas 50% da cidade, ou seja, ela ainda vai crescer. E ele apela à comunidade de São Leopoldo para que lute pela ampliação deste importante serviço. “Para tirar os catadores da rua, queremos que eles ganhem o mesmo que ganham hoje, só que organizados com nós. Pense bem, não precisamos mais sair na rua com sua carreta, como eu vejo mães com filhos, crianças pequenas. Queremos evitar esses riscos. Além disso, nós, no coletivo, temos outros benefícios que estamos buscando por meio de um projeto com a prefeitura, de auxílio à renda, um tipo de “bolsa ajuda”, que completa com dinheiro e com apoio na formação dos associados”. A preocupação com a formação vem, conforme os relatos de Dico, do fato de haver muitos jovens catando material nas ruas. “Isso não é o futuro para eles. Queremos pensar em outro futuro. E quanto mais pessoas organizarmos, mais força teremos para buscar sucesso nos nossos projetos”.

Saiba mais sobre a trajetória de Dico em <http://bit.ly/IISfDF>

**Tema
de
Capa**

**Destaques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Entrevista da semana

O erro de ver novas mídias em todas as Tecnologias da Informação e Comunicação

Quanto às técnicas de comunicação saídas elas também das TIC (por exemplo, o telefone ou o correio eletrônico), estas não retomam os critérios que definem as mídias, afirma Bernard Miège

POR THAMIRIS MAGALHÃES
 TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

“**A** transnacionalização está precisamente sob o empreendimento de poderosos grupos de comunicação, primeiramente daqueles formados a partir das indústrias de materiais e de vetores lógicos da informática, bem como de redes de comunicação, em seguida das indústrias de conteúdos, culturais e informacionais. São esses grupos que são o motor da transnacionalização”, define o professor da Universidade de Grenoble, Bernard Miège, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para ele, as tecnologias da informação e comunicação fazem parte da construção do social, “mas isso não me parece ser sua função primária, longe disso; elas contribuem primeiramente à gestão das mediações em todos os campos sociais, sob o mesmo título que a mídia existente e as estratégias de comunicação das organizações”.

Bernard Miège é professor da Universidade de Grenoble, na França. É um pensador dedicado a questões que envolvem o espaço da comunicação nas complexas sociedades contemporâneas. É autor de várias obras, dentre as quais estão publicadas em português *O pensamento comunicacional* (Petrópolis: Vozes, 2000) e *A sociedade tecida pela comunicação: técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social* (São Paulo: Paulus, 2009).

Bernard Miège esteve na Unisinos onde participou do seminário “Fundamentos sociais das tecnologias de informação e comunicação”, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O senhor crê que esses dispositivos tecnológicos tomarão o lugar dos meios de comunicação de massa que ainda são disponíveis ou as mídias digitais são uma continuidade das Tecnologias da Informação e Comunicação?

Bernard Miège – As Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC em seu conjunto e, entre elas, aquelas que formam verdadeiramente novos meios, e não somente técnicas de comunicação (isto é, de relaciona-

mentos e de trocas entre os indivíduos), não são chamadas a tomar o lugar dos meios que se implantaram ao longo dos últimos 150 anos. Mas, seja qual for sua importância, no futuro ainda pouco previsível (novos dispositivos podem emergir), as TIC e os meios numéricos juntar-se-ão e coordenar-se-ão com os meios existentes, segundo modalidades que dependerão, sobretudo, de estratégias dos (poderosos) grupos de comunicação transnacionais.

IHU On-Line – Como define o conceito de transnacionalização da comunicação?

Bernard Miège – A transnacionalização está precisamente sob o empreendimento de poderosos grupos de comunicação, primeiramente daqueles formados a partir das indústrias de materiais e de vetores lógicos da informática, bem como de redes de comunicação, em seguida das indústrias de conteúdos, culturais e

informativos. São esses grupos que são o motor da transnacionalização.

IHU On-Line – Por que diz que não se pode separar a comunicação midiática da não midiática? Quais são as características de cada uma delas? De que forma se pode inseri-las em sua teoria da continuidade?

Bernard Miège – A comunicação se mediatiza, isto é, essencialmente a comunicação intercorporal e linguística está presente nas trocas à distância, numeradas e ubíquas que nós consideramos como elementos da comunicação mediática. Quer queiramos ou não, não se pode fazer abstração destas modalidades de comunicação que se formaram e forjaram após aproximadamente cinco milênios, isso até seria dramático e “patológico” caso se conseguisse fazê-lo. Mas estes são discursos “tecnodeterminados” de promoção das novas TIC que nos incitam a crer que entramos numa comunicação inteiramente diferente, e jamais experimentada. Porém, bem entendido, isso não impede que se experimentem novas formas e que novas modalidades apareçam.

IHU On-Line – De que maneira as Tecnologias da Informação e Comunicação têm um papel central na construção social?

Bernard Miège – Na verdade, isso não é minha preocupação primária, nem mesmo um interesse afir-

mado, pois eu não sou sociólogo das interações sociais, mais especializadas da informação/comunicação. Além disso, eu atribuo tanta importância às dimensões macro- e meso- como micro-. Concebo que se possa considerar que as TIC fazem parte da construção do social, mas isso não me parece ser sua função primária, longe disso; elas contribuem primeiramente à gestão das mediações em todos os campos sociais, sob o mesmo título que a mídia existente e as estratégias de comunicação das organizações.

IHU On-Line – Qual é a diferença entre os usos e as práticas sociais comunicacionais?

Bernard Miège – Os usos são as utilizações encontradas das TIC; elas são qualificadas de sociais porque são comuns a diversos indivíduos, formando categorias de usos. Elas se constatarem no tempo curto e correspondem a cada TIC, ou pelo menos a cada dispositivo. Elas devem ser distinguidas das práticas sociais, de informação e de cultura que, elas mesmas, não estão limitadas às TIC, mas são, sobretudo, relativamente duradouras e devem ser inscritas no tempo longo; elas se modificam, mas dependem dos *habitus* culturais e variam em função das determinações sociais e culturais próprias a determinadas classes de indivíduos. As práticas (por exemplo: a prática cotidiana de informação, a prática cinematográfica ou a prática de audição musical) são multissuportes

e multitécnicas, e elas integram progressivamente os usos que produzem as mutações.

IHU On-Line – Qual é a definição da palavra “mídia” e de que maneira ela é associada às Tecnologias da Informação e Comunicação?

Bernard Miège – Como eu o indiquei por ocasião do seminário, as mídias “históricas”, ainda atuais, podem ser definidas a partir de cinco a sete critérios que são outros tantos componentes. As mídias digitais não retomam todos esses critérios, e particularmente aquele da programação. Quanto às técnicas de comunicação saídas elas também das TIC (por exemplo, o telefone ou o correio eletrônico), estas não retomam esses critérios que definem as mídias; isso porque é um erro ver em todas as TIC novas mídias.

IHU On-Line – Qual é a diferença entre informação e comunicação?

Bernard Miège – As significações de Informação e de Comunicação que circulam são múltiplas; há termos plurissemânticos cujo significado é intrínseco e confuso. Mas, para ir ao essencial, deve-se reter que a informação representa o conteúdo que é difundido através dos canais e utensílios de comunicação. Isso é assim desde a civilização suméria, e os primeiros tábuas de argila reproduziam textos administrativos.

Ciclo de Filmes e Debates - A crise do capitalismo no cinema
Exibição prévia em horário alternativo do filme Inside Job - Trabalho Interno.

Data: 08-05-12, das 12h às 14h

Exibição seguida de debate no dia 09-05, das 19h30min às 22h

Reprise em horário alternativo: 21-05-12, das 12h às 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/HOXwyP>



Mídia revista investe na segmentação de mercado para sobreviver

POR SÉRGIO MATTOS¹

Desde o ano de 1812, quando surgiu na Bahia a primeira revista do Brasil, **As Variedades ou Ensaios de Literatura**, lançada por Manoel Antonio da Silva Serva, até os dias atuais, vimos surgir e desaparecer inúmeras revistas por todo o país. Mesmo quando o modelo ganhou corpo, este segmento sempre sofreu com o desaparecimento de títulos.

Ao longo do século XX, revistas baseadas em projetos e estratégias mercadológicas, a exemplo de **O Cruzeiro**, **Manchete**, **Fatos & Fotos**, **Realidade**, **Revista da Semana** e muitas outras, fecharam por motivos

diversos, enquanto algumas conseguiram manter-se a partir da segmentação do mercado. Hoje, no Brasil a mídia mais segmentada que existe é a revista. Se antes tínhamos uma revista rural, que abordava de tudo, da pecuária à agricultura, hoje já encontramos títulos para cada tipo de raça de animal ou de plantio.

A segmentação do mercado e a busca de públicos específicos é a solução para a sobrevivência, mesmo que em alguns casos essa solução esteja calcada em bases radicais. Exemplo de segmentação radical é a revista **Raça Brasil**, cuja experiência, para sobreviver, foi descrita pelo jornalista Bernardo Kucinski da seguinte forma: “A revista abandonou sua linha de contestação, virando revista de moda e cosméticos para consumo de uma nova pequena burguesia negra. Lentamente, segundo seu fundador, Big Richard, anúncios começaram a chegar. Dez anos depois de lançada, repleta de anúncios dedicados à beleza, Raça Brasil só se distingue das revistas convencionais da Abril pela cor dos corpos que enaltece”.

¹ Jornalista diplomado, mestre e doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, em Austin, Estados Unidos, e professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. É autor de vários livros de comunicação dentre os quais se destacam: *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política* (Vozes, 5. ed. 2010); *O guerreiro midiático - biografia de José Marques de Melo* (Vozes/Intercom, 2010); *Mídia controlada - a história da censura no Brasil e no mundo* (Paulus, 2005); e *O contexto midiático* (IGHB, 2009). Participa e contribui regularmente das atividades do Grupo Cepos. E-mail: <sasmattos@gmail.com>.

Segundo a Associação Nacional de Editores de Revistas, que não possui registros sobre os inúmeros títulos regionais, o segmento envolve quase cinco mil títulos. As estatísticas mostram que houve um aumento de 10% na circulação total de títulos semanais entre 2009 e 2010, revelando a pujança do setor. Quanto à variedade de títulos, esse número cresceu entre 2009 e 2010, de 4.432 para 4.705 títulos demonstrando um surpreendente aumento de 273 novos títulos. Nos últimos dez anos houve um crescimento na diversidade de alternativas para os leitores de revistas.

Projeções indicam que até o ano de 2020 deverão surgir no país mais de 200 novos títulos de revistas segmentadas de circulação nacional. No século XXI, já se tem o registro de que entraram em circulação 10 novos títulos por ano, apesar da concorrência da mídia televisiva e da internet, que já se transformou na terceira maior mídia do mundo em faturamento, superando a mídia revista.

O modelo de negócio revista conta à sua disposição com mais de 35 mil pontos de vendas distribuídos por todo o país. Com essa base e o aumento do poder aquisitivo das classes C e D, os empresários têm encontrado motivos suficientes para investir na segmentação como estratégia de crescimento, promovendo pesquisas para identificar tendências de comportamento para colocar no mercado títulos que possam acompanhar as mudanças atuais.

Um dos problemas que se apresenta para a mídia revista é o monopólio da distribuição. Os canais de distribuição estão sob o monopólio do Grupo Abril que já detinha 70% do mercado e em 2007 adquiriu a segunda maior distribuidora brasileira, a Fernando Chinaglia, que detinha os outros 30 % do mercado. A empresa do Grupo Abril que detém o monopólio de distribuição é a DINAP. Uma das soluções para vencer o monopólio da distribuição é a fidelização dos leitores por meio de campanhas de assinaturas, que podem ser entregues por meio dos Correios. Outra é diversificar o conteúdo para atrair novos nichos de consumidores.

Muitos estudiosos profetizam o desaparecimento da mídia impressa, que vem sendo substituída pela digital, além de sofrer forte concorrência na participação no bolo publicitário. No entanto, quando verificamos os investimentos realizados nos últimos anos em tecnologia impressa, o mínimo que podemos fazer é desconfiar, pois a categoria empresarial envolvida nessa mídia é muito bem informada e não investiria se o fim do impresso estivesse tão próximo. Observe-se que, a título de exemplo, só o Grupo Abril, fundado em 1950, fornece informações, cultura e entretenimento para praticamente todos os segmentos de públicos, atuando de maneira estratégica, por meio da integração de várias mídias. Seu site nos informa que, em setembro de 2011, a Abril inaugurou uma nova impressora de rotogravura,

Cerutti 7. A máquina italiana tem capacidade para imprimir mais de 900 páginas por segundo, trazendo aumento na produtividade, queda do consumo de energia em 10% e possibilidade de impressão com cores especiais e aroma. O investimento em uma única máquina impressora foi de 42 milhões de reais.

Ao tomar conhecimento desse e de outros investimentos que estão sendo feitos pelos grupos que atuam na mídia impressa, principalmente na mídia revista, o que poderemos dizer sobre o futuro dessa mídia? O que justificaria o investimento no monopólio da distribuição de revistas no país se o Grupo não acreditasse no segmento? Diria que é necessário que os estudiosos do tema se concentrem em identificar e descrever as variadas áreas de informações dirigidas aos mais distintos segmentos para melhor entender às tendências do setor. Isso porque a revista é uma mídia especial que abriga vários produtos, sabe preservar um relacionamento de cumplicidade com seu público leitor e tem um formato que facilita a portabilidade, para usarmos um termo que está em moda. A tecnologia hoje disponível possibilitou o surgimento de títulos de revistas de pequenas tiragens e segundo dados oficiais o setor cresceu cerca de 80% entre 1996 e 2006, apesar da circulação total de revistas no país ter diminuído no mesmo período em cerca de 12%.

Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 24-04-2012 a 30-04-2012

Suaape: um desafio para Pernambuco

Entrevista especial com Valdeci Monteiro dos Santos, economista, professor da Unicap e sociodiretor da Consultoria Econômica e Planejamento – Ceplan

Confira nas Notícias do Dia de 24-04-2012

Acesse no link <http://bit.ly/l6y7jn>

“Trata-se de um Complexo diferenciado no que se refere à dimensão ambiental, pois uma parcela equivalente a 51% da área é destinada à preservação. Suaape está se tornando um germe de nova centralidade econômica na região metropolitana do Recife”, assinala o entrevistado.

“O jornalismo pode ser transformador, pode embalar a utopia”

Entrevista especial com Elaine Tavares, jornalista

Confira nas Notícias do Dia de 25-04-2012

Acesse no link <http://bit.ly/JpjFPz>

“Essa é a utopia da qual o jornalismo é capaz. Levar o leitor espectador a pensar. Isso é praticamente uma revolução”, assegura a autora de *Em busca da Utopia – os caminhos da reportagem no Brasil, dos anos 50 aos anos 90* (Florianópolis: Ed. Instituto de Estudos Latinoamericano-Americanos, 2012).

Belo Monte: a barreira jurídica

Entrevista especial com Felício Pontes Júnior, procurador da República no Pará

Confira nas Notícias do Dia de 26-04-2012

Acesse no link <http://bit.ly/lbvryb>

“Onde não estamos vencendo é na área jurídica. Muitas decisões foram tomadas, por diferentes juízes ao longo de 10 anos, determinando a paralisação do licenciamento por ilegalidades, mas foram todas suspensas pelo Tribunal Regional Federal de Brasília, na maioria por decisão de seu presidente”, pontua.

Os nove dias de greve em Belo Monte. Um depoimento

Entrevista especial com Roberto Ruy Rutowicz Netto, procurador do Ministério Público do Trabalho

Confira nas Notícias do Dia de 27-04-2012

Acesse no link <http://bit.ly/JvGFfX>

“É difícil para os trabalhadores que moram em outro estado ficarem seis meses trabalhando em uma atividade que, de certa forma, é penosa, sem poder ver a família”, afirma o procurador, comentando a situação vivida pelos trabalhadores que constroem a usina hidrelétrica de Belo Monte.

Participe da palestra “Jornalismo de denúncia e cidadania”, com o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto, do Jornal Pessoal, de Belém do Pará.

Data: 22-05-2012

Horário: Das 19h30min às 22h

Local: Auditório Central - Unisinos

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Eventos

A economia e suas técnicas de governo biopolítico

A política atual está centrada no governo da vida humana, e por isso reforça seu caráter biopolítico, pontua Castor Bartolomé Ruiz. Democracia tem sido reduzida a “espetáculo midiático da indústria cultural” e a sombra autoritária ronda a biopolítica

POR CASTOR BARTOLOMÉ RUIZ

Dando continuidade à série de artigos especiais escritos para a **IHU On-Line**, o filósofo Castor Bartolomé Ruiz, professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, reflete sobre a subversão provocada pela política moderna entre poder e vida humana. Esse novo modelo político “despojou o poder soberano de sua arbitrariedade sobre a vida, ao menos formalmente, conferindo à vida uma potência política que antes não tinha. A vida nos regimes modernos passou a ser cuidada como um bem biológico importante, que deve ser protegido”. Nessa perspectiva, a vida é compreendida em termos utilitários. Aquela que não for mais útil “não será morta explicitamente, porém será abandonada à sua sorte”. O surgimento da economia política é outro tópico abordado por Castor. Segundo ele, surge uma nova racionalidade governamental da natureza humana, cuja característica fundante é prescindir da autonomia dos sujeitos e objetivar suas vontades naturais, que precisam ser governadas.

Castor Bartolomé Ruiz é o coordenador e conferencista do curso **Filosofia e sociedade: A biopolítica, a testemunha e a linguagem. (Des) encontros filosóficos: M. Foucault, H.**

Arendt, E. Levinas, G. Agamben, cuja temática desta segunda-feira, 9-4-2012, é Michel Foucault, a biopolítica e a soberania. Em 2-4-2012 falou sobre Michel Foucault, a biopolítica e o cuidado da vida. Para conferir a programação completa do evento, acesse <http://bit.ly/AqEfwa>.

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, é mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006). Leia, ainda, o livro eletrônico do **XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana**, no qual Castor contribui com o artigo A exceção jurídica na biopolítica moderna, disponível em <http://bit.ly/a88wnF>.

Confira o artigo.

A biopolítica é correlata da vida humana. O ponto de transição que delata a emergência da biopolítica,

ou quando menos seu alastramento social, aparece na inquietação por definir as formas de governo da vida

humana. Ainda que tenhamos que registrar uma divergência conceitual im-

portante entre Foucault¹ e Agamben²

1 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a História da Loucura até a História da sexualidade (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (História da Loucura, O Nascimento da Clínica, As Palavras e as Coisas, A Arqueologia do Saber) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como Vigiar e Punir e A História da Sexualidade. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em três edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMj7>, e edição 364, de 06-06-2011, disponível em <http://bit.ly/k3Fcp3>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos Cadernos IHU em Formação, disponível para download em <http://migre.me/vMjd> sob o título Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico, disponível em <http://migre.me/zASO>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: O (des) governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/JyaH>. Confira a edição 343 da IHU On-Line, intitulada O (des)governo biopolítico da vida humana, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/bi5U9l>, e a edição 344, intitulada Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em <http://bit.ly/9SQGgl>. A edição 364, de 06-06-2011 é intitulada “História da loucura” e o discurso racional em debate, inspirada na obra História da loucura, e está disponível em <http://bit.ly/lXBq1m>. (Nota da IHU On-Line)

2 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura,

“A vida no regime de soberania absoluta é ‘matável’ sem que se cometa crime, porque a decisão soberana tem o poder de matar e deixar viver”

sobre a genealogia da biopolítica, ambos coincidem em que, na modernidade, esta forma de governo tornou-se hegemônica. Os regimes de soberania eram formas de poder absoluto que pouco se preocuparam em desenvolver discursos, saberes e técnicas de

poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); A linguagem e a morte (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); Infância e história: destruição da experiência e origem da história (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); Estado de exceção (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e Profanações (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível para download em <http://migre.me/uNk1>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse <http://migre.me/uNKY>. Confira, também, a entrevista Compreender a atualidade através de Agamben, realizada com o filósofo Rossano Pecoraro, disponível para download em <http://migre.me/uNme>. A edição 81 da Revista IHU On-Line, de 27-10-2003, tem como tema de capa O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna, disponível em <http://migre.me/uNo5>. Leia, ainda, as edições 344, de 21-09-2010, intitulada Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em <http://migre.me/5WjQm> e 343, de 13-09-2010 O (des) governo biopolítico da vida humana, disponível em <http://migre.me/5WjSa>. (Nota da IHU On-Line)

governo. A soberania identifica a legitimidade do poder com a vontade do soberano, e esta determina a melhor forma de governar. Classicamente o poder soberano apelava para a sabedoria pessoal do príncipe com objetivo de conseguir um bom governo. As técnicas de governo do poder soberano derivavam de sua sabedoria pessoal. Por isso os tratados clássicos pretendiam conseguir um bom governo através da boa educação dos governantes.

A expressão do poder soberano é a lei. A soberania governava pelo imperativo da lei, que se identificava com a vontade soberana. Na soberania, a vida humana existia sob ameaça do poder soberano. É um poder que, na expressão de Foucault, fazia morrer e deixava viver. Ele detinha o poder de tirar a vida sem ter que dar contas a ninguém, pois era o poder soberano da lei. A vida no regime de soberania absoluta é “matável” sem que se cometa crime, porque a decisão soberana tem o poder de matar e deixar viver. O viver do súdito era uma concessão implícita do poder soberano.

A política moderna subverteu, de alguma forma, a relação entre o poder a vida humana. Despojou o poder soberano de sua arbitrariedade sobre a vida, ao menos formalmente, e conferiu à vida uma potência política que antes não tinha. A vida nos regimes modernos passou a ser cuidada como um bem biológico importante que deve ser protegido. O poder moderno não ameaça a vida com a morte, mas a protege para que se torne produtiva. O poder moderno, ainda na expressão de Foucault, faz viver e deixa morrer. Os dispositivos modernos cuidam da vida por ser um bem útil e produtivo, e a cuidam enquanto possui essas qualidades. A utilidade exige da vida tudo o que puder extrair dela. Fazer viver se tornou sinônimo de desenvolver suas capacidades e potencialidades em prol de eficiências outras de caráter institucional e estrutural. A vida que, por algum motivo, não mais seja útil, não será morta explicitamente, porém será abandonada à sua sorte. A vida inútil não é morta, a lei o proíbe, porém será abandonada à sua sorte. Esse marco utilitarista rege a lógica biopolítica moderna, especialmente no contexto da economia política.

A preocupação por aferir todas as utilidades possíveis desta nova racionalidade biopolítica propiciou a criação, a partir do século XVI e XVII, de um novo feixe de saberes e práticas que tinham como escopo principal o governo da vida humana. Assistimos nesses séculos ao surgimento do que serão os novos regimes de governo cuja preocupação é como administrar com eficiência, nesse caso, como administrar as potencialidades da vida humana. No contexto das técnicas de governo, a vida humana foi percebida como uma potência essencial ao poder do Estado e do mercado. Melhor dizendo, Estado e mercado modernos surgem como efeitos das técnicas de governo e seus regimes de verdade.

A proliferação de técnicas de governo propiciaram o surgimento e a consolidação das duas instituições modernas por antonomásia: o Estado e o mercado. Estado e mercado são instituições criadas para governar a vida humana. Ou melhor dizendo, instituições cuja legitimação social advém da sua eficiência para governar a vida humana. A eficiência é exigida delas como critério de legitimidade. Ao ponto que, talvez, seu desaparecimento futuro esteja condicionado à incapacidade de administrar novos desafios.

A eficiência exigida do Estado e do mercado para governar não é um critério abstrato ou tecnicamente neutro. Pelo contrário, a eficiência das técnicas de governo é avaliada como tal no contexto do modelo capitalista de produção. É o capitalismo como sistema econômico que perfaz o marco axiológico que (in) valida as novas técnicas de governo. O capitalismo emergente teve que se consolidar como sistema maximizando o lucro. O critério de eficiência exigido das novas artes de governo é o lucro. A maximização do lucro tornou-se o parâmetro de validação das novas artes de governar. A eficiência institucional exigida no governo da vida tem por objetivo principal consolidar um modo de produção, o capitalismo. A pretendida neutralidade que mascara os discursos técnicos de administração e gerenciamento oculta seu princípio axiológico de validação do governo. Este identi-

fica o critério de eficiência com a obtenção de lucro econômico do capital. Na confluência das novas técnicas de governo encontra-se a consolidação do capitalismo como modelo produtivo. Sem as novas técnicas de governo e sua eficiência na administração da vida humana o capitalismo seria inviável.

“O que está em jogo no mercado moderno é a vida humana. Ele não regula atividades econômicas abstratas, mas governa a vida humana como recurso natural útil e produtivo”

Na aula no Collège de France de 10 de janeiro de 1979, no curso que denominou *Nascimento da biopolítica*, Foucault desenvolve a tese de que o Estado e o mercado modernos, ao contrário do que comumente se ensina, não são instituições criadas de forma voluntarista ou por um ato instituinte de algum grupo social. Sua existência não tem um *lôcus* ou um princípio originário único. Nem *arché* nem *lôcus*: a genealogia do Estado e do mercado modernos remete aos processos de surgimento das práticas discursivas de governo. Ambas as instituições emergem como espaço articulador das variadas práticas de governo da vida que tinham se

desenvolvido nas diversas áreas das sociedades.

Os métodos autoritários da soberania mostraram-se ineficientes e inoperantes para governar as complexas potencialidades da vida. No lugar do momento arbitrário da vontade soberana, surge uma grande variedade de técnicas de governo. Desde o século XVII, vemos proliferar por toda Europa grande número de tratados de governo sobre as diversas áreas da vida e da sociedade. A política centrou-se cada vez mais no governo da vida humana, o que reforçou, cada vez mais, seu caráter biopolítico.

A economia política e os regimes de verdade

Um dos principais discursos que originou a biopolítica é a economia política. Já Rousseau³, no famoso verbete que publicou na *Encyclopédie*, intitulado “Économie Politique”, define a economia política como uma espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes de uma sociedade. Os discursos mercantilistas e fisiocratas desenvolveram a economia com um leque de técnicas de governo da natureza das populações. A economia reflete sobre as práticas governamentais sem levar em conta as questões de direito, se as práticas são legítimas ou não, pois o que as legitima é sua eficiência. Não as considera a partir da perspectiva da legitimidade de sua origem, como faz o direito, mas a partir dos seus resultados. As técnicas desenvolvidas pela economia política surgirão de dentro das práticas governamentais, levando em conta os resultados que se conseguem, e não os direitos que se devem.

A economia política manifesta a existência de fenômenos, processos

3 Jean Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. (Nota da IHU On-Line).

e regularidades sociais que se produzem em função de mecanismos inteligíveis. Esses mecanismos são tidos como naturais e por isso não podem ser ignorados nem contrariados, sob pena de produzir um efeito negativo nas formas de governo. A economia política recoloca a questão do naturalismo dentro da sociedade. Investe na pretensão de cientificidade natural desses mecanismos, aos quais deverão ser fiéis às técnicas de governo. Enuncia-se uma pretensa natureza da sociedade, que determina o modo de ser das práticas de governo.

A noção de natureza articula o surgimento e o desenvolvimento da economia política e suas técnicas de governo do social. Aliás, o social é construído como realidade nova que deve ser governada. Essa é a tese que orienta as pesquisas de Hannah Arendt⁴ e sua crítica à deterioração da autonomia do político nas sociedades modernas, que foi substituída pela administração eficiente do social. O social, segundo Arendt na sua obra *A condição humana*, substituiu o político. A economia política se autolegitimará como discurso verdadeiro, cujo regime de verdade remete à natureza científica do social. As técnicas de governo desenvolvidas pela economia

4 Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal (Lisboa: Tenacitas. 2004) e O Sistema Totalitário (Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1978). Sobre Arendt, confira as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX, disponível para download em <http://bit.ly/qMjoc9> e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975, disponível para download em <http://bit.ly/rt6KMg>. Nas Notícias Diárias de 01-12-2006 você confere a entrevista Um pensamento e uma presença provocativos, concedida com exclusividade por Michelle-Irène Brudny em 01-12-2006, disponível para download em <http://bit.ly/o0pntA>. (Nota da IHU On-Line)

“Na natureza rege a necessidade, não a ética. Este critério de necessidade legitima as técnicas de governo biopolítico do mercado e suas decisões, que não mais serão injustas, mas inevitáveis”

política terão por objetivo governar a natureza das pessoas como meio para obter um governo eficiente.

Utilitarismo e biopolítica

A economia política gerou uma nova *ratio* governamental da própria natureza humana. Esta *ratio* prescinde da autonomia dos sujeitos e visa sua objetivação na forma de vontades naturais que devem ser governadas. Um dos eixos articuladores da economia política e suas técnicas biopolíticas desemboca no utilitarismo. Na *ratio* biopolítica da economia, a legitimidade ou ilegitimidade do governo é substituída pela sua eficiência ou ineficiência. O que se questiona da permanência de um governo não depende do caráter jurídico ou ético, mas de sua eficiência governamental. Nesse ponto Maquiavel⁵ representa

com certa nitidez o limiar desta *ratio* governamental. Na medida em que Maquiavel se preocupa em como o governante dever preservar o poder, independentemente de sua legitimidade, ele ainda é o último dos antigos, e não primeiro dos modernos. A *ratio* biopolítica moderna condiciona a permanência no poder aos resultados utilitários aferidos das técnicas de governo. Um governo tem legitimidade para permanecer quando produz resultados positivos, caso contrário deverá ser substituído.

A economia política estabelece um novo regime de verdades que validará uma prática governamental não pela moralidade de seus objetivos, nem pelos valores éticos de seus meios, mas pela eficiência dos resultados. Estes independem daqueles. Nesse aspecto, as técnicas biopolíticas implementam o adágio atribuído a Maquiavel – embora não esteja presente em sua obra – de que o “fim justifica os meios”, o que aproxima Maquiavel das teses modernas do governo. A eficiência do lucro se desloca da moralidade dos atos. O útil e o honesto aparecem como campos epistemológicos diferentes e até contraditórios. A *ratio* biopolítica poderá estabelecer como verdade interna a validação da coerência estabelecida por mecanismos inteligíveis que ligam entre si práticas e resultados. Esses, os resultados, permitirão julgá-las como bons ou ruins, não em relação a valores éticos, mas em relação a proposições utilitaristas que, por sua vez, eliminam o verdadeiro e o falso em relação à eficiência dos resultados.

A economia política funciona como um *espaço de veridificação*: um espaço produtor de verdades. Dessa forma um setor significativo da atividade governamental ficará submetido a um novo regime de verdade cujo efeito principal é deslocar todas as questões éticas das técnicas de governo para a lógica da utilidade. Esse novo regime de verdades articula o surgimento de novas práticas de go-

do Renascimento. É reconhecido como fundador da ciência política moderna por escrever sobre o Estado e o governo como realmente são, e não como deveriam ser. Separou a ética da política. Sua obra mais famosa, *O Príncipe*, foi dedicada a Lourenço de Médici II. (Nota da IHU On-Line)

5 Nicolau Maquiavel (1469-1527): historiador, filósofo, dramaturgo, diplomata e cientista político italiano

verno em que a vida humana, tratada como objeto natural científico, reaparece sob um novo prisma: o utilitarismo. A vida é um bem útil para um fim necessário. A interseção de um novo regime de verdade com novas práticas fez surgir algo que antes não existia num primeiro momento: a vida humana como recurso natural útil. Concomitantemente, o surgimento da economia política e suas práticas governamentais produz uma substituição, melhor dizendo: uma duplicação da pessoa humana pela vida biológica e os sujeitos coletivos de direito, e os sujeitos de direito foram ressignificados como população que deve ser governada.

A economia política configura-se como uma prática discursiva que objetiva governar com eficiência o meio, as tendências, as confluências e os processos segundo a natureza das coisas e das pessoas. Porém, sua aparente cientificidade está comprometida com um outro discurso não dito naquilo que está dito: a consolidação do capitalismo como modelo produtivo. Na sombra da pretendida cientificidade do naturalismo da economia política subsistem os interesses econômicos de determinadas classes detentoras do capital. A eficiência das técnicas biopolíticas de governo é medida pela sua capacidade de obtenção de lucros, mesmo que a custo de sofrimento humano em grande escala com a exploração da vida de trabalhadores ou povos inteiros submetidos à lógica do capital. Afinal, na tabela de resultados apresentada pelas planilhas institucionais a obtenção de lucros legitima as novas técnicas de governo. Na sombra das técnicas biopolíticas sobrevivem ignoradas multidões de vítimas que possibilitam a eficiência dos seus resultados. O sofrimento humano não entra no cálculo de custos das artes econômicas de governo. Ele é considerado, na maioria dos casos, um mal necessário, inevitável.

O mercado: um espaço de “verificação”

A genealogia das práticas de governo advindas da economia política imbrica-se com regimes de verdade que, ao mesmo tempo em que são

produzidos, reproduzem as práticas como legítimas. Há um espaço que, na economia política, teve historicamente – e ainda tem – um papel relevante como produtor de verdades e gerador de práticas consideradas verdadeiras. Estamos nos referindo ao *mercado*.

“A nova verdade sobre a população foi produzida no interior da economia política”

O mercado moderno, embora mantenha certa linha de continuidade com as formas tradicionais de mercado, operou rupturas epistêmicas significativas sobre si mesmo, que são correlatas das verdades que o legitimam e que ele veicula. O que está em jogo no mercado moderno é a vida humana. Ele não regula atividades econômicas abstratas, mas governa a vida humana como recurso natural, útil e produtivo. As atividades do mercado, seu regime de verdade e suas práticas de governo são correlatas da vida humana. Ou seja, das verdades e práticas sobre o governo das capacidades humanas, seus desejos, expectativas e ansiedades. O mercado moderno não só governa as atividades econômicas, mas também tem a pretensão de regular e até de produzir os desejos que estimulam a produção e o consumo. O mercado tornou-se um espaço de subjetivação. Atua sobre os sujeitos produzindo-os. O mercado, com seu regime de verdades e suas práticas de governo, se constituiu num ingente aparato produtor de subjetividades. Ele produz os sujeitos que pretende governar como sujeitos naturais. O sujeito natural enunciado pelo mercado corresponde ao sujeito que o próprio mercado produz com seus dispositivos de subjetivação. A pretendida cientificidade de suas técnicas de governo contém uma alta dose de endogamia

epistêmica. Esta radical aporia do mercado, própria dos espaços produtores de subjetividades, permanece oculta ao naturalismo de suas verdades.

Em sua essência, o mercado medieval era um espaço físico onde aconteciam as trocas de produtos. O mercado moderno tem um adjetivo que o qualifica como tal: é um mercado capitalista. O mercado capitalista, na sua essência, perdeu toda materialidade física do espaço. O mercado tornou-se uma realidade virtual, uma entidade imaterial, quase metafísica. A entificação do mercado capitalista qualificou sua potencialidade de espaço produtor de verdades. Enquanto o mercado medieval se identificava com um espaço físico definido dentro do qual se permitia exercer o comércio e a troca, o mercado capitalista se desterritorializou ao ponto de se tornar uma categoria conceitual, quase metafísica, que regula as atividades humanas. A desmaterialização do mercado permitiu transferir para ele uma série de atributos transcendentais que simbolizam o mercado como uma entidade quase divina: o mercado é onipresente, pois está em todas as atividades humanas; é onisciente, pois tudo cai sob a regulação de sua natureza; onipotente, pois sua lei natural normatiza qualquer ação humana; justiceiro, porque premia aos bons investidores e castiga aos incompetentes.

O mercado funcionou durante o medievo e até o século XVII como um espaço de justiça. Ele era regulamentado por uma legislação estrita que, de um lado, liberava aquele espaço do domínio feudal e, de outro, regulava o tipo de bens que ali podiam se comercializar. Num outro aspecto, o mercado medieval era um espaço de justiça no sentido estrito do termo. Era o espaço em que se pretendia que a justiça imperasse como critério do agir. O critério do mercado medieval era o preço justo e não a livre especulação do mercado capitalista. Não se podia especular com a escassez, como no mercado capitalista: os preços das mercadorias deviam ser justos. O preço justo era determinado em relação ao trabalho realizado. O mercado medieval era um espaço de justiça ao ponto de que nele deveria imperar o modelo de justiça distributiva. Por isso

os produtos de primeira necessidade deveriam ser mais baratos para que fossem mais acessíveis a todos. Nesse aspecto, o mercado medieval tinha uma preocupação pela justiça distributiva material, segundo os moldes clássicos enunciados por Aristóteles e Santo Tomás de Aquino.

O mercado era um espaço de justiça porque o que ele deveria assegurar não era a liberdade de preços, nem a maximização do lucro, mas a ausência de fraude. O mercado era responsável por evitar as fraudes e a especulação. Ele não buscava proteger o interesse “egoísta” do vendedor e sua ânsia de lucro, como será o mercado capitalista, mas proteger os compradores através de uma justa distribuição das mercadorias e da ausência de roubos.

O mercado como espaço de verdades e de práticas é tão antigo quanto as sociedades humanas. Porém o mercado capitalista, desenhado pelas técnicas da economia política, é um espaço novo, inédito na história da humanidade, cujo regime de verdade direciona-se para o governo das atividades sociais, em particular, e da vida humana, em geral. O mercado constituiu-se, assim, num espaço de “verificação” da biopolítica moderna. Ele é produtor de verdades sobre as formas de governo. Entre elas, pretende naturalizar determinados mecanismos que seriam inerentes à natureza humana. A naturalização invoca o princípio da liberdade natural desses mecanismos. Consequentemente, atribui-se ao mercado os princípios do bom governo. Não mais se procurará na justiça a orientação para o bom governo; agora se delega aos mecanismos naturais do mercado a liberdade para agir em prol da eficiência, que é o critério que legitima qualquer governo. O mercado fará que o bom governo não seja medido pelo critério do justo, não em primeiro lugar, nem necessariamente, mas pela norma da eficiência que, na lógica capitalista, se traduz por lucro. Inclusive, nesta lógica uma dose de injustiça poder ser constitutiva de um bom governo, quando os mecanismos naturais do mercado assim o demandarem. Aliás, não mais se poderá falar estritamente de injustiça do governo quando este obedecer às supostas leis

“Não se deve governar contra os desejos, deve-se aprender a governar os desejos”

do mercado, já que estas, por serem naturais, estão fora (além ou aquém) dos valores éticos. Na natureza rege a necessidade, não a ética. Esse critério de necessidade legitima as técnicas de governo biopolítico do mercado e suas decisões, que não mais serão injustas, mas inevitáveis.

O mercado substituiu a justiça ética pela verdade natural, como princípio de legitimação das técnicas de governo. As novas técnicas de governo implementadas pelo mercado não têm como referência o justo ou injusto, o bem ou mal, mas a eficiência e utilidade dos resultados. Contudo, oculta-se que estes resultados sempre encobrem interesses de classe em que os setores dominantes tendem a validar a eficiência dos mecanismos que conservam e aumentam seus interesses, ainda que outros setores, às vezes majoritários, sejam prejudicados. A dialética dos interesses fica ocultada sob o discurso da naturalização das técnicas de governo. A biopolítica legitima-se pelas técnicas eficientes de governo, ocultando as contradições que elas geram na forma de produção massiva de sofrimento humano. Esse sofrimento humano é legitimado como um efeito colateral inevitável e inerente aos mecanismos naturais do mercado.

A população, novo objeto de governo

As novas técnicas de governo político se desenvolveram através de práticas discursivas diversas como a medicina social, o urbanismo, segurança e economia. Os discursos modernos desses saberes têm em comum a pre-

ocupação de governar a vida humana. Cada área demarcou um campo de poder e desenvolveu técnicas diversas para intervir sobre parcelas da vida humana. As técnicas de governo visam sujeitos vivos que deviam ser cuidados como pacientes, vigiados por segurança, ordenados por urbanismo, controlados pelos impostos, treinados como recursos produtivos.

Todos esses espaços se caracterizam pelas inovadoras técnicas de governo e também por serem espaços produtores de verdades. Cada espaço produziu verdades e discursos sobre os sujeitos e a vida a ponto de produzir os sujeitos desses espaços e o seu modo de vida. O manicômio produziu discursos sobre a loucura, mas também construiu o louco: o padrão de normalidade e a loucura que levou a definir os sujeitos. A prisão criou verdades sobre o criminoso, seu controle e vigilância, ao ponto de induzir um modo de subjetivação pela disciplina do panoptismo. As técnicas de governo se tornaram também modos de subjetivação e espaços criadores de verdades.

No âmago destas práticas de governo da vida humana se confeccionou uma nova categoria que tem se mostrado maleável e eficiente às técnicas de governo: a população. Os tratados modernos de filosofia política criaram a categoria povo para imanenizar a soberania, antes monopolizada pela vontade individual do soberano. O povo foi construído como novo sujeito da soberania; dele emana o poder e a ele se lhe reconhece como sujeito de todos os direitos fundamentais. O povo é o sujeito formal e jurídico dos direitos modernos. Porém, concomitantemente ao desenvolvimento desse sujeito formal de direitos, foi-se construindo a categoria de população como objeto a ser governado. A população começou a ser identificada como objeto de governo nos tratados de economia política, mas também nos discursos sobre saúde, segurança, urbanismo, etc. A população foi definida como a coletividade da vida humana natural que deve ser governada segundo sua natureza, levando em conta suas necessidades e tendências.

Enquanto se identifica no povo o sujeito formal dos direitos, constrói-

-se a população como objeto real a ser governado. O povo é um sujeito de direito, a população é um objeto de governo. O povo é um sujeito com direitos, a população um instrumento do governo. O povo é o sujeito formal da soberania, a população é o objeto concreto a ser governado. O povo é soberano, a população é governada. As sociedades modernas construíram concomitantemente esses dois discursos que se cruzam por vezes de forma complementar e outras se repelem de modo bipolar. A democracia moderna sofre as tensões próprias desta bipolaridade moderna dos sujeitos/cidadãos que, ao mesmo tempo em que são enunciados como base da soberania nacional e portadores de direitos, são objetivados como recursos governáveis por técnicas de intervenção governamental. Todos somos concomitantemente sujeitos/cidadãos e população; somos diferentemente atraídos e tensionados pelo discurso formal dos direitos e as práticas concretas de governamentalidade.

O Estado de direito e a democracia, sendo duas instituições preciosas para o exercício da cidadania, do sujeito de direitos, estão permanentemente esvaziados de sentido pelas técnicas da governamentalidade biopolítica. Estas reduzem a democracia a um espetáculo midiático da indústria cultural e o Estado de direito ao marco formal com pouca incidência na vida real.

A problemática da população não aparece nos tratados clássicos de filosofia política, onde aparece, isto sim, o problema da soberania e do povo. A população aparecerá problematizada como objeto no interior das técnicas de governo. Foucault, na aula de 25 de janeiro de 1978, de sua obra *Segurança, território e população*, refere que o uso do termo população era utilizado, ainda no século XVI, de forma negativa em relação ao termo mais conhecido na época: *povoação*. Entendia-se população como sinônimo de povoamento, povoação. A importância da população aparece em contraste com a soberania. Para o soberano tradicional, o poder era medido pela extensão do território que ocupava e pelo número de riquezas que detinha. A população era um dado secundário,

a maioria das vezes insignificante e só importante à medida que dela poderia requisitar para a guerra ou outras funções. Era importante que houvesse uma população numerosa sempre, obediente aos ditados do soberano e dócil aos trabalhos por ele requisitados.

“As novas
formas de
autoritarismo do
século XXI muito
provavelmente
terão um caráter
biopolítico e
a roupagem
das técnicas
governamentais
necessárias”

A normalização, técnica biopolítica de governo da população

A partir do século XVII, com a emergência do discurso econômico cameralista e posteriormente o mercantilismo, a população foi retrabalhada discursiva e simbolicamente como novo objeto de governo. Foi no interior do discurso econômico, considerado um espaço de “verificação”, que a população começou a existir como novo recorte epistemológico da vida humana. Algo que antes não existia; foi, então, criado. Uma verdade nova sobre a vida humana, um recorte discursivo que demarcou uma nova verdade sobre a importância da vida humana para o poder. Esta nova verdade correlaciona a política com

a vida humana transformando-a cada vez mais numa biopolítica. A nova verdade sobre a população foi produzida no interior da economia política. Para os mercantilistas do século XVII, a população aparece como uma variável importante na dinâmica do poder do Estado e do soberano. A população é um elemento que condiciona todos os demais. Nesse sentido, é fundamental para pensar o governo. Ela está na base da riqueza que se produz e no poderio do Estado. A população é a força produtiva do mercado e a base arrecadação fiscal do Estado. O quesito necessário para que a população se torne potência produtiva do governo é seu adestramento, sua normalização.

Os fisiocratas do século XVIII manterão posturas diferentes dos cameralistas e mercantilistas, porém continuarão a produzir um discurso sobre a população. Com os fisiocratas, a população deixa de aparecer com um conglomerado anônimo de súditos, deixa de ser uma multidão, e passa a ser enquadrada num conjunto de processos de normalização. A multidão dos súditos dóceis é transformada pelo discurso econômico, e suas técnicas de governo, numa população normalizada. Ela deverá constituir-se num novo objeto a ser governado. Para tanto, será necessário implementar um longo processo de administração da sua natureza. Será necessário administrar o que a população tem de natural a partir da sua natureza.

A pergunta pela naturalidade da população retira-a do âmbito da ética ou do direito e a recoloca no espaço da “cientificidade”. Ela é problematizada como objeto natural que deve ser governado através de técnicas de normalização. Os objetos naturais não se governam com valores éticos, nem decisões legais ou democráticas. A natureza, nesse caso a natureza humana, se governa através de dispositivos e técnicas de normalização. Não se vê na população sujeitos de direito com capacidade de exercer a autonomia, mas objetos naturais com tendências que devem ser governadas segundo sua própria natureza. A população não se autogoverna democraticamente como um sujeito de direitos, mas é governada cientificamente como um ob-

jeto natural. No governo da população não há espaço para democracia.

A democracia não é natural: ela é uma criação livre dos sujeitos e nela impera a possibilidade do imprevisível, da criação. Porém a população é objetivada como recorte da natureza humana onde vigora a regularidade das previsibilidades frente à imprevisibilidade da criação histórica. O governo da população se faz sem democracia ou com o mínimo possível. A eficiência dos dispositivos biopolíticos de governo da vida humana exigem o mínimo de democracia e o máximo de gerenciamento previsível. Para administrar com previsibilidade o comportamento da população, há que se efetuar previamente um permanente processo de normalização.

As técnicas de normalização visam enquadrar o comportamento da população dentro de padrões definidos como normais e, portanto, erigidos em norma do comportamento dos indivíduos. Os padrões de normalidade se desdobram em processos de normatização em que a norma se propagará capilarmente como técnica de sujeição dos indivíduos. A soberania usava da lei para impor sua vontade e fazer súditos dóceis à vontade soberana. A biopolítica utiliza a norma para governar capilarmente as vontades normatizando os comportamentos em seu detalhe cotidiano. Ela normaliza as condutas. A norma ocupa os espaços deixados pela lei. A lei impõe, a norma delimita. A lei prescreve, a norma possibilita. A lei não consegue penetrar capilarmente nos espaços da vida. A insuficiência da lei é substituída pela eficiência da norma. A norma opera nas instituições modernas regulamentando ao mínimo e de forma máxima todas as atividades dos indivíduos. Estes não são obrigados a participar de uma instituição, mas se não quiserem ser excluídos terão que submeter-se às normas exigidas. A inclusão exige normalização. A normalização se tornou a técnica de governo eficiente que regula o comportamento dos indivíduos e populações.

O governo dos desejos e dos interesses

As técnicas econômicas de governo das populações abandonaram

os métodos autoritários da soberania e desenvolveram novas formas de governamentalidade normalizada. Contudo, um novo autoritarismo lateja nos dispositivos de normalização. Já no século XVIII, no marco do discurso fisiocrata, desenvolveu-se a regulamentação como técnica de governo das populações. É uma técnica diferente das utilizadas pela soberania. Ela não visa obter a obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas sim atuar de forma calculada e analítica sobre a população. A naturalidade penetrável da população demarcou uma transformação significativa na racionalização das formas de poder originando novas técnicas de governo, que por isso será de caráter biopolítico.

“A política centrou-se cada vez mais no governo da vida humana, o que reforçou seu caráter biopolítico”

A pluralidade dos indivíduos que conformam a população é tida como uma variável que não impede categorizá-los num conceito totalizante que possibilite arquitetar técnicas de governo. As variáveis que diferenciam os indivíduos ficam compensadas por algumas invariantes que persistem como elementos inerentes à natureza humana. Entre elas, já nos teóricos da economia política do século XVIII destacou-se o desejo.

O desejo seria uma invariante da natureza humana que faz com que a população em seu conjunto tenha uma motivação natural para a ação. O desejo já tinha sido demarcado nas práticas discursivas sobre direção de consciência, no poder pastoral e na

filosofia antiga. O desejo é retomado pela economia política numa outra perspectiva, porém conservando a mesma importância. O desejo é deslocado, melhor dizendo, reduplicado da consciência para o interior das práticas de poder e técnicas de governo. O desejo é aquilo que motiva o agir do sujeito. No desejo, o sujeito identifica o espaço mais íntimo e localizável de sua liberdade. Ele se sente livre quando faz o que quer, e vice-versa, sente frustrada sua liberdade quando não consegue realizar seus desejos. Liberdade e desejo mantêm uma aparência de interconexão natural. Há um aparente vínculo orgânico entre a realização dos desejos e o sentimento de liberdade. Aparece como o *lócus* mais íntimo da natureza humana, o mais natural da sua natureza.

As técnicas de governo da população levaram em conta, muito cedo, a correlação que vincula a conduta dos sujeitos com seus desejos. Já Quesney formulava que não se pode governar contra os desejos da população, logo o bom governante tem que saber governar esses desejos. O desejo aparece como uma objetivação penetrável através da qual é possível decifrar algumas das racionalidades da conduta da população. Não se deve governar contra os desejos, deve-se aprender a governar os desejos.

No desejo encontra-se conexo um outro elemento importante para as técnicas de governo, o conceito de *interesse*. O desejo se movimenta por interesse, o interesse perfaz o desejo. Há uma imbricação entre interesse e desejo que condiciona o agir da população. O desejo é a busca do interesse, mas o interesse também está conformado pelo desejo. Deseja-se o que interessa, interessa-se por aquilo que se deseja. A população age regida por um jogo de interesses e desejos. Ambos atuam como alavanca da população e norteadores de sua conduta. As técnicas de governo deverão regular esse complexo jogo de interesses e desejos permitindo sua realização na mesma medida em que os regula. Uma boa regulamentação dos desejos implica na eficiente normatização das vontades. Os dispositivos de normalização possibilitam o enquadramento dos desejos no marco das necessidades e demandas socialmente exigi-

das. As técnicas de governo advindas do discurso econômico desenharam o marco da governamentalidade biopolítica. Elas esboçaram as técnicas de governo como uma produção do interesse coletivo da população pelo jogo do desejo. Esta intersecção entre desejo e técnicas de governo delimita concomitantemente a naturalidade da população a artificialidade das técnicas de governo.

O discurso econômico trans/trocou os princípios da política, a autogestão livre dos sujeitos e a constituição da autonomia, pela administração da população. A política ficou transformada numa gestão eficiente das populações levando em conta a naturalidade do seu desejo. O conceito de sociedade administrada desenvolvido por Adorno, Horkheimer e Marcuse encontra seu correlato nas pesqui-

sas que Foucault desenvolveu sobre o papel da economia política e suas técnicas de governo. A política ficou absorvida pela gestão das populações a partir do desejo. A administração eficiente deve saber implementar uma produção “espontânea” do interesse coletivo através do desejo.

A problematização do desejo como espaço biopolítico do governo humano tem-se sofisticado ao extremo. Na atualidade, poderíamos dizer que o melhor governo não é aquele que aprendeu a governar os desejos, mas aquele que consegue produzir os desejos. As novas técnicas de governo biopolítico não se limitam a governar os desejos, mas os produzem. Nesse sentido, a biopolítica excedeu em grande parte sua pretensão originária de produzir formas de governo dos outros e se transformou uma imensa

maquinaria de produção de subjetividades. O princípio reitor da biopolítica contemporânea diz que o melhor governo não é aquele que se limita a governar, mas aquele que produz os governados.

A sombra do autoritarismo ronda a biopolítica. O soberano pretensamente abolido pelo Estado de direito ainda subsiste sobrevivente no estado de exceção, segundo nos alertou Agamben. Além dessa perspectiva apontada por esse autor, percebe-se renascer o autoritarismo nas técnicas governamentais que reduzem a vida humana a mero objeto de governo e os sujeitos a população governável. As novas formas de autoritarismo do século XXI muito provavelmente terão um caráter biopolítico e a roupagem das técnicas governamentais necessárias.

Para ler mais ...

>> Confira os artigos de Castor Bartolomé Ruiz sobre o evento **Giorgio Agamben: “O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana”** e a respeito do curso *Filosofia e sociedade: A biopolítica, a testemunha e a linguagem*. (Des) encontros filosóficos: M. Foucault, H. Arendt, E. Levinas, G. Agamben:

- *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Revista IHU On-Line, edição 371, de 29-08-2011, disponível em <http://bit.ly/naBMm8>;
- *O campo como paradigma biopolítico moderno*. Revista IHU On-Line, edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nPTZz3>;
- *O estado de exceção como paradigma de governo*. Revista IHU On-Line, edição 373, de 12-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nsUUpX>;
- *A exceção jurídica e a vida humana. Cruzamentos e rupturas entre C. Schmitt e W. Benjamin*. Revista IHU On-Line, edição 374, de 26-09-2011, disponível em <http://bit.ly/pDpE2N>;
- *A testemunha, um acontecimento*. Revista IHU On-Line, edição 375, de 03-10-2011, disponível em <http://bit.ly/q84Ecj>;
- *A testemunha, o resto humano na dissolução pós-metafísica do sujeito*. Revista IHU On-Line, edição 376, de 17-10-2011, disponível em <http://migre.me/66N5R>;
- *A vítima da violência: testemunha do incomunicável, critério ético de justiça*. Revista IHU On-Line, edição 380, de 14-11-2011, disponível em <http://bit.ly/vQLFZE>;
- *Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica*. Revista IHU On-Line, edição 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/GHWSMF>;
- *A bios humana: paradoxos éticos e políticos da biopolítica*. Revista IHU On-Line, edição 388, de 09-04-2012, disponível em <http://bit.ly/Hsl5Yx>.
- *Objetivação e governo da vida humana. Rupturas arqueo-genealógicas e filosofia crítica*. Revista IHU On-Line, edição 389, de 23-04-2012, disponível em <http://bit.ly/JpA8G3>

IHU Repórter

Adriane Brill Thum

POR THAMIRIS MAGALHÃES

“Sou lutadora. Gosto muito do que faço e sempre procuro fazer bem feito. Creio que sou otimista. Acredito que, quando as pessoas têm vontade de fazer alguma coisa, elas conseguem”. Assim se define a professora de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Gestão Ambiental, Geologia, Biologia e Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Unisinos, Adriane Brill Thum, em entrevista concedida pessoalmente à IHU

On-Line. Trabalhando há 12 anos na instituição, Adriane é multidisciplinar e gosta de ler assuntos não apenas relacionados à sua área profissional, mas àqueles que, de alguma maneira, irão auxiliá-la em seu dia a dia. Para ela, a informação pela informação não tem valor algum. “Acredito que o mundo, hoje, é multidisciplinar e os conhecimentos só se completam. Um não substitui o outro, só se somam”. Conheça um pouco mais sua história.

Origem – Nasci no dia 9 de março de 1970, em Caibaté-RS, uma cidade do interior, na região das Missões. Atualmente moro em São Leopoldo, com minha família, meus filhos e marido, Rodolfo Matias Thum. Tenho três filhos, a Renata (21), Ana Laura (7) e Gustavo (3). Meus pais, Pedro e Rita Ana, vivem em Santa Maria-RS. Tenho uma irmã, a Andreia, e dois irmãos, o Aurélio e o Anderson.

Autodefinição – Sou lutadora. Gosto muito do que faço e sempre procuro fazer bem feito. Creio que sou otimista. Acredito que quando as pessoas têm vontade de fazer alguma coisa, elas conseguem, às vezes com dificuldade, mas não se deve desistir, pois querer é poder.

Trajetória profissional – Sou formada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Posteriormente, fiz especialização em Interpretação de Imagens Orbitais e Suborbitais (Sensoramento Remoto) na UFSM. Realizei mestrado em Engenharia Florestal na mesma instituição. Depois, comecei a trabalhar como autônoma. Em seguida, fiz seleção para docência como professora substituta na UFSM. Fui docente durante dois anos nos cursos de En-

genharia Civil, Arquitetura, Engenharia Florestal, Agronomia e Engenharia Elétrica. Após, vim para a Unisinos.

Paixão – Gosto da área de docência, dessa experiência de ensinar, da troca e o contato com pessoas, coisa que dinheiro nenhum paga. Sou apaixonada por isso. Amo dar aulas e conhecer pessoas novas. E tentar passar conhecimento. Mas, sempre digo que é uma troca. Nós somos sujeito-sujeito. Aprendemos com os alunos, passamos conhecimento para eles, mas aprendemos muito com eles também.

Ingresso na Unisinos – Havia acabado meu contrato na UFSM e estava procurando outro lugar para lecionar. Então, ficava ligada nos editais. Foi quando vi que tinha seleção aqui na Unisinos. Mandeí a documentação, fiz a seleção e passei. Então, fui morar em Porto Alegre e depois de um ano aqui em São Leopoldo. Ingressei na Unisinos em 2000. Atualmente faço doutorado em Sensoramento Remoto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Aqui na instituição, trabalho nos cursos de Graduação em Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Gestão Ambiental, Geologia, Biologia e Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. Além dos cursos de

Especialização em Informações Espaciais Georreferenciadas e Gestão Estratégica do Território Urbano.

Coordenação – Coordeno o curso de especialização em Informações Espaciais Georreferenciadas, o Curso que é uma referência para o estado.

Lazer – Gosto de ler. Como tenho duas crianças pequenas, aproveito esse momento livre também para brincar com elas. Aprecio viajar, passear em parques, estar entre amigos. Além disso, nas férias costumo ir para o litoral, visitar meus familiares, o que para mim é muito importante.

Livro – No tempo livre, gosto de ler coisas da área técnica e de outras áreas, mas que irão me auxiliar de alguma maneira no meu dia a dia. Gosto de *Pais brilhantes, professores fascinantes* e *Nunca desista de seus sonhos* de Augusto Cury. São livros bem interessantes porque, além de nos auxiliar como educadores, pai e mãe, nos auxiliam como educadores para os nossos alunos. Gosto de ler ainda assuntos relacionados à psicologia.

Multidisciplinar – Aprecio muito navegar na internet e pesquisar sobre os mais diversos assuntos. Vejo que



os jovens têm muito acesso à informação. Mas será que ela é tudo? Se for bem manuseada, creio que seja de suma relevância. Mas a informação pela informação não tem valor algum. Entendo que nós, pais e professores, temos que tentar dar sentido para essa informação, para fazer com que as outras pessoas saibam utilizá-la e tenham a noção de o quanto ela será importante se for utilizada de maneira correta. Acredito que o mundo, hoje, é multidisciplinar e transdisciplinar, é uma matriz de informações e conhecimentos que se completam e se somam. A evolução tecnológica, o desenvolvimento, as inovações e o empreendedorismo devem estar alia-

dos às questões sociais, econômicas e ambientais.

Filme – Gosto dos românticos e comédias. Ultimamente, tenho assistido filmes infantis em função das crianças.

Religião – Católica Apostólica Romana.

Sonho – Concluir o doutorado.

Música – Gosto de quase todos os tipos de música, menos rock e funk. Adoro e tenho maior afinidade com a música clássica e MPB. Concerto para mim é o máximo; orquestra, adoro.

Teatro, amo. Gosto de música gaúcha também.

Unisinos – Entrei para dar aula e me apaixonei pela instituição. Gosto muito de trabalhar aqui. As pessoas são ótimas e é um ambiente agradável. Nós temos vontade de vir para o campus e isso é muito bom e importante em nossa vida profissional. Nós temos que gostar do que fazemos. E eu adoro dar aula. Então, venho para a Unisinos com muito prazer.

IHU – As produções são muito interessantes. Sempre leio a revista **IHU On-Line** e as questões ambientais. A revista sempre traz matérias relevantes.

Lúcio Flávio Pinto na Unisinos



no Auditório Central, das 19h30min às 22h. Lúcio Flávio

Jornalista profissional desde 1966, Lúcio Flávio Pinto estará na Unisinos em 22-05-2012, com a palestra Jornalismo de denúncia e cidadania. O debate acontece

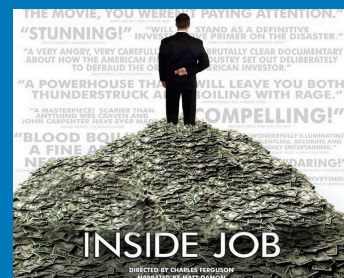
dedica-se ao Jornal Pessoal, informativo quinzenal que escreve sozinho há mais de 20 anos, sediado em Belém do Pará. Processado por dano moral e condenado pela justiça a indenizar o grileiro que “ofendeu” ao denunciar a apropriação indébita de terras públicas, esse jornalista irá compartilhar aspectos sobre suas lutas e vivências.

Confira mais informações sobre o evento em <http://bit.ly/Hskfem>. Leia, também, a entrevista especial concedida por Lúcio Flávio Pinto ao site do IHU: <http://bit.ly/yrx64E>.

A crise do capitalismo vista pelo cinema

Compreender as raízes da crise econômica iniciada em 2008 e que estende seus tentáculos até hoje sobre as economias de inúmeros países. Essa é a perspectiva crítica a que se propõe o Instituto Humanitas Unisinos – IHU ao exibir dois filmes. O primeiro deles, Inside Job – Trabalho Interno (EUA, 2010, 120min, direção: Charles Ferguson), será exibido em 09-05-2012, das 19h30min às 22h. Os professores Dra. Janaína Ruffoni e MS. Lucas H. da Luz, ambos docentes na Unisinos, são os debatedores. Outros dias e horários alternativos para quem não puder comparecer na primeira exibição são as sessões de 08-05-2012 e 21-05-2012, ambas das 12 às 14h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros.

Outro filme que explora a crise econômica e que será debatido no IHU é Margin Call – O Dia Antes do Fim (EUA, 2011, 107min, direção: J. C. Chander). A exibição seguida de debate está marcada para 15-05-2012, das 19h30min às 22h. Os debatedores são o Prof. Dr. Fernando Lara e o Prof. MS. Gilberto A. Faggion, ambos da Unisinos. A exibição prévia em horário alternativo acontece em 14-05-012, e o reprise em 22-05-12, sempre das 12h às 14h. Confira detalhes em <http://bit.ly/HOXwyP>.



Made in China

As relações entre Brasil e China sob o ponto de vista da globalização popular serão discutidas nesta quinta-feira, 03-05-2012, pela Profa. Dra. Rosana Pinheiro-Machado, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Ela é autora do livro Made in China (São Paulo: Hucitec, 2011), fruto de sua tese de doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Para participar do evento, basta comparecer à Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, das 17h30min às 19h.



twitter.com/ihu



bit.ly/ihufacebook